

A RAÍZ DO PODER EM IBIRITÉ¹

Jurutan Alves da Silva²

- Enviado em 18/04/2016
- Aprovado em 20/05/2016

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa nas ações políticas que ocorrem nos municípios brasileiros tendo como objeto de estudo o município de Ibirité em Minas Gerais. O objetivo foi estudar a relação política presente nas instituições de poder representativos municipais, executivo e legislativo, e suas relações com os eleitores nessa região. Possuindo como foco o familismo e outras ações como: o clientelismo e o mandonismo presentes nas ações políticas no município. Fez-se uma pesquisa documental junto com entrevistas para que pudesse chegar ao resultado final da pesquisa. Com o objetivo de conhecer como uma família, a família Pinheiro, realiza ações políticas para manter o *status quo* municipal inalterado e membros da família no poder político. A pesquisa documental torna-se necessária para conhecer como as instituições relacionam formalmente entre si e as entrevistas para compreender como ocorrem as informalidades nessas relações. O objetivo específico foi compreender como as relações de clientelismo e mandonismo apresentam entre as instituições de poder político municipal e suas correlações com os eleitores. Os resultados confirmam que há uma relação clientelista e de mandonismo entre o grupo familiar pesquisado nas suas ações com os eleitores municipais e com a Câmara Municipal.

Palavras-chave: Familismo. Clientelismo. Mandonismo. Nepotismo.

INTRODUÇÃO

Na pesquisa estarão sendo denominadas de ações informais as ações consideradas ilegais ou imorais por parte dos cidadãos, mas, que aparecem no comportamento político em algumas situações: o mandonismo, o nepotismo e o clientelismo.

A relação clientelista não é uma forma nova de fazer política no Brasil e nem na América Latina. Porém, muitos a consideram danosa para o processo democrático, que deveria realizar políticas públicas de forma universal para os cidadãos que enquadram nos requisitos da política a ser implementada, ou seja, para todos os indivíduos pertencentes àquele Estado ou região política-

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no GT1: INSTITUIÇÕES E PODER: PARENTESCOS E GENEALOGIAS do VII Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR realizado de 11 a 13 de maio de 2016 em Curitiba.

² Mestre em Ciências Sociais, docente no Centro Universitário UNA em Belo Horizonte, pesquisa financiada pela CAPES. Endereço eletrônico: jurutan.alves@yahoo.com.br

geográfica na qual a política pública será realizada e que preenchem os critérios de elegibilidade preestabelecidos (Nunes, 2003). Porém, o clientelismo opõe a essa forma de fazer a distribuição dos recursos universais, realizando essa distribuição de acordo com os interesses de quem possui acesso aos bens públicos. A distribuição ocorre para os indivíduos que entram em uma rede de relações na qual há a troca de favores políticos entre os envolvidos.

Para Nunes (2003) a ação que contrapõe ao universalismo de procedimentos é a do clientelismo. Neste tipo de relacionamento há uma conexão de clientela entre quem detém o poder de liberar os recursos e quem irá se beneficiar dos mesmos. É uma relação entre desiguais, provocando um elo de subordinação daquele que recebe o favor ao que lhe faz. Para o mesmo, o clientelismo era uma ação desenvolvida entre *patrons* e camponeses. Estes últimos estavam em condição de subordinação aos *patrons* por não terem acesso a terra e seus bens. Dessa forma, o vínculo clientelista é sempre uma ação de subordinação entre o cliente e seu *patron* (patrão), tanto no meio rural quanto no urbano.

Segundo Nunes (2003), a desigualdade entre *patron* e cliente gera laços pessoais entre os envolvidos na relação que vai desde as ligações de compadre podendo chegar até as lealdades políticas. Essa união assimétrica reduz a possibilidade de formar identidades de interesses coletivos entre os atores envolvidos na ação clientelista. O cliente, segundo o autor, aprova conscientemente as condições do acordo realizado com o *patron*, sendo assim, uma ação racional.

Segundo Nunes (2003), as barganhas no clientelismo são generalizadas podendo ter vários objetos envolvidos no processo. Porém, cada objeto que é trocado contém referências às condições gerais dos grupos, ou seja, os produtos que são permutados são aqueles que os grupos necessitam para se manterem fiéis aos *patrons*. Essas trocas são pessoais e geram promessas e expectativas de retorno futuro. Na sociedade brasileira a lógica da troca generalizada é transferida para associações, instituições políticas, agências públicas, partidos políticos e facções. Pode haver grupos com relações entre *patron*-cliente, estes grupos são estruturas nas quais vários clientes se ligam a um *patron*, formando uma rede de relações de barganhas e pode haver também pirâmides *patron*-cliente que são estruturas que se apresentam quando vários líderes de grupos *patron*-cliente, estabelecem vínculos com outros atores situados mais acima na pirâmide. Podendo formar assim grupos políticos que estabelecem acordos para alcançar o número de votos necessários em determinado pleito eleitoral e trocando favores entre os envolvidos na pirâmide.

As trocas generalizadas do clientelismo se contrapõem ao sistema de trocas específicas que se apresentam no sistema capitalista. Nas relações de trocas específicas não existem as expectativas de

permutas futuras, são impessoais e não há a dependência de relações anteriores entre os envolvidos. Já nas relações de trocas generalizadas realizadas no clientelismo haverá sempre uma expectativa de que o favor será retribuído com outro, mantendo assim um vínculo entre as partes envolvidas. Pode haver trocas generalizadas no sistema capitalista, o que pode produzir ações clientelistas neste sistema.

Nunes (2003) diz que no Brasil contemporâneo as relações clientelistas assumem os espaços dos meios de comunicação, fazendo com que as informações importantes para os integrantes dos grupos fluam entre si, mantendo estes grupos integrados em função das trocas e favores realizados e indicando os meios e caminhos a percorrer e moldando os comportamentos para alcançar os interesses de quem está na rede. Essas relações clientelistas realizam também, segundo o autor, a representação entre a sociedade e o Estado e fornecem aos estratos mais baixos da população um meio para apresentar sua voz e mecanismos para conseguir obter recursos para demandas específicas. Essas ações acontecem devido ao fato de ocorrer através das ações clientelistas uma aproximação entre o cliente e o patron. A comunicação é necessária devido à rede que se forma entre as partes, para que se firmem os acordos e trocas generalizadas. Sendo assim, o clientelismo se apresenta como uma alternativa à presença difusa das estruturas estatais, nas quais as trocas deveriam ser impessoais. As relações clientelistas então operam em uma rede piramidal que atravessa a sociedade brasileira de alto a baixo. As elites políticas brasileiras possuem uma complexa rede de relacionamento clientelista que vai do alto escalão até as localidades de sua representação política, ou seja, perpassa todo o governo central e liga até as regiões geográficas nas quais há um representante político. Neste caso, os recursos materiais disponibilizados pelo Estado possuem um papel importante neste elo. Aqueles partidos políticos que apoiam o governo têm acesso privilegiado aos recursos estatais que vão desde emprego, pavimentação de estradas, nomeação de chefes para repartições públicas, construção de escolas, nomeação de chefes e serviço local de saúde (como atendimentos em postos de saúde, hospitais....) . Criam também símbolos de poder para aqueles principais “corretores” dessa rede, que são os favorecidos com acesso privilegiado aos centros de poder (Nunes 2003).

Segundo Singer (1965), a política das classes dominantes é idealizada e desenvolvida por políticos profissionais. Seguindo, em seu argumento, a mesma direção de Max Weber que diz que se pode viver ou para a política ou da política, o autor menciona que os políticos profissionais vivem da política. Neste caso quem vive para a política defende uma causa que produz sentido em sua vida e aquele que vive da política vê nela uma forma de obter seu sustento. Singer (1965) diz que o fato dos políticos tornarem-se profissionais tem como efeito um aumento dos cargos políticos

nos poderes Executivos (Federal, Estaduais e Municipais) espalhados pelo país, estes cargos são importantes nas ligações políticas clientelistas. Ele classifica o político clientelista como um dos tipos ideais de político profissional. Este, segundo o autor, representa uma parcela do eleitorado cujas necessidades e problemas ele conhece bem e se tornou um líder na busca da solução dos problemas e necessidades apresentados, deste que o político possa ganhar alguma vantagem nessa busca: como troca de favores. Sua preocupação é atender as necessidades imediatas de seu eleitorado, satisfazendo assim seus interesses urgentes. Para o autor, este tipo de político clientelista desconhece os problemas mais sérios que a atividade legislativa ou executiva apresenta e se concentra em sua tomada de decisão levado pela opinião pública e não por uma ideologia partidária. O político clientelista é eleito contando com a ajuda de cabos eleitorais que fazem uma ponte entre estes políticos e seus eleitores que estão em busca das trocas de favores.

O autor menciona que os cabos eleitorais são pessoas que possuem algumas dezenas ou centenas votos, que são insuficientes para que ele mesmo seja escolhido para um cargo eletivo. São líderes locais em suas comunidades e tornam como um advogado das reivindicações dessas comunidades, principalmente junto às autoridades públicas. O cabo eleitoral muitas vezes vende seu apoio a um político. Sendo assim, ele torna responsável pela montagem dos escritórios, donativos aos necessitados, e parte da propaganda política de seu apoiador. Este nem sempre vende os votos que “possui”, alguns tornam militantes políticos em algum partido. Porém, muitos trocam seu apoio por cargos nas instituições políticas, comportamento esse que fortalece a relação clientelista entre o político clientelista e o cabo eleitoral.

Mauricio García Ojeda (2011) diz que o clientelismo é uma relação vertical e assimétrica. Ele pesquisou a relação clientelista e seus efeitos apresentados nas relações entre os indivíduos no capital social. A definição dele para capital social foi que este se refere a valores, atitudes e estruturas que estão disponíveis para a inclusão de indivíduos nas redes de relacionamentos sociais. O autor argumenta que, o que mantém a estrutura do capital social é a relação de reciprocidade. Um indivíduo deve confiar que o outro irá corresponder às suas expectativas no futuro. Para que essa confiança manifeste é necessário que ocorra nas relações de capital social informação sobre o comportamento dos indivíduos que estão na rede. Dessa forma, segundo o autor, as informações que circulam nas redes de capital social produzem um sentimento de confiança entre os atores envolvidos. A confiança é definida pelo autor como uma crença ou/uma expectativa que o ator possui devido às informações adquiridas sobre o outro ator na relação. A confiança não é um capital social, mas fruto da relação existente neste.

Segundo o autor, o clientelismo político é uma relação de troca personalista, seletiva, estratégica e assimétrica com relação aos recursos disponibilizados. A relação clientelista é personalista devido ao fato de existir uma conexão direta e prolongada entre as partes envolvidas. É seletivo devido ao fato dos recursos políticos não se distribuírem universalmente, mas entre aqueles que se relacionam com o político e seus funcionários e é estratégica devido ao fato dos envolvidos considerarem que através deste tipo de ligação conseguirão obter recursos públicos de forma preferencial em relação a outros que não estão na relação.

A relação clientelista utiliza de frutos dos recursos dos capitais sociais em seu meio como: a informação, reciprocidade e a confiança. A informação percorre desde o político até outros atores envolvidos como forma de orientação de como obter contatos de acesso que disponibilizem os recursos públicos. A reciprocidade é que mantém as uniões clientelistas. Um ator vai decidir se deve fazer algo pelo outro devido ao fato deste outro ser ou não recíproco ao favor recebido. Neste caso, é necessário que tenha o sentimento de confiança entre os atores envolvidos na relação. Este fato explica a longa duração da relação de clientelismo (Ojeda 2011).

O autor cita os lados negativos da relação clientelista: o fato das informações e reciprocidades entre os atores envolvidos gerarem expectativas que prolongam a relação, pelo favoritismo entre os atores envolvidos pode gerar efeitos não desejados. Produz um efeito de ineficiência nas aplicações das políticas públicas devido ao fato dessa ser focalizada em grupos que talvez não fizessem parte da abrangência da mesma e provoca um acesso desigual aos recursos públicos, o que pode reduzir a eficácia dos dispositivos de controle social na democracia.

Em sua pesquisa sobre o clientelismo na democracia, Farias (2000) diz que a relação clientelista é compatível com o regime democrático vigente na contemporaneidade. Essa democracia possui como características: sistema do voto, competição partidária e representação parlamentar que é regida pelo princípio da soberania popular. Essas características contribuem para a manutenção do sistema capitalista.

Farias (2000) menciona que as condições socioeconômicas produzidas pelo sistema capitalista podem ajudar a proliferar o voto de barganha. A dependência do trabalhador em relação às coisas como se estas fossem mercadoria pode ser vista sob dois aspectos: primeiro o capitalista como dono dos meios de produção e o trabalhador como vendedor de sua força de trabalho e a outra forma seria a transformação do trabalhador em um sujeito de interesse que na relação política pode converter seu voto em um instrumento de barganha por vantagens materiais. Segundo o autor, a política que ele denominou de liberal dirige suas mensagens às classes sociais configuradas como eleitores, ou

seja, indivíduos isolados que muitas vezes estão em uma posição defensiva. Este fato abre espaço para que apareça a figura do cabo eleitoral, que faz uma proposta ao eleitor: este pode aceitar um benefício imediato em troca do voto ou apostar em vantagens mais amplas, porém incertas.

Para Hernandez e Hernandez (2011) o clientelismo é uma relação que não se apresenta somente nas sociedades denominadas “atrasadas”. Para os autores, a simples explicação de troca de favores políticos por votos torna seu conceito mínimo, sendo assim estes defendem que o conceito seja ampliado para extensas trocas de recursos para proteger o sentimento de lealdade e pertencimento na rede que ocorre entre patrões e clientes. Ambos os autores expressam que a relação ocorre baseada em uma amizade instrumental em que há a desigualdade nessa relação. Para os autores, o clientelismo ocorre em um nível de desigualdade, porém, produzindo benefícios mútuos. O clientelismo está ligado, segundo os autores, ao desenvolvimento da democracia liberal e dos partidos políticos. A relação clientelista não ocorre somente em países não desenvolvidos e ela pode produzir uma relação mais voluntária e cooperativa, favorecendo o desenvolvimento político. Este fato pode ocorrer devido às relações clientelistas poderem acontecer em um ambiente de cooperação em virtude da assimetria de poder e de reciprocidade entre os envolvidos na relação.

Nas relações clientelistas as trocas são claras entre os envolvidos. Outro esclarecimento é que a relação clientelista não é corrupção: ela se relaciona com a corrupção devido ao fato de distribuir recursos que são públicos. Ela está sujeita à corrupção devido à informalidade, mas a corrupção existe sem a relação clientelista e nem toda relação clientelista é corrupta, pelo menos segundo os tipos de corrupção que estão tipificados no sistema jurídico. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) a corrupção precisa ser considerada nos termos da legalidade e ilegalidade e, não nos termos da moralidade e imoralidade. Portanto, para os autores, para que possa dizer que uma ação é corrupta, há a necessidade de levar em conta as diferenças que existem entre práticas sociais e normas legais e as diversidades de avaliação dos comportamentos existentes entre os setores: público e o privado.

Seibel e Oliveira (2006) dizem que as relações clientelistas modernas fortalecem e tornam mais competitivas que as relações clientelistas anteriores e a relação sobrevive fortalecida pela maior distribuição de recursos públicos entre aqueles que estão envolvidos neste tipo de união. As distribuições de recursos, segundo os autores, ajudam a diminuir e evitar os conflitos. Para ambos, o patrono moderno articula como a rede clientelista irá funcionar para atender às necessidades individuais e coletivas de quem está na rede e o *broker* é seu assessor que faz a ligação entre o patrão e os clientes.

Com as definições apresentadas pelos autores percebe-se que o clientelismo pode ser uma forma de reduzir a tensão na distribuição dos recursos públicos. Pois, para que a relação clientelista seja mantida há a necessidade de uma ordem preestabelecida entre os envolvidos no processo de trocas. As trocas ocorrem sem maiores conflitos entre as partes envolvidas e com uma disputa menor entre os clientes pelos bens públicos.

Segundo Bezerra (1995), há o que ele denomina de “clientelismo familista”, que diz respeito à atuação do Estado com relação às famílias que detém o poder e ajudam mutuamente. A família, segundo o autor, é uma instituição de muita importância na organização da sociedade e da política do Brasil. Retornando a Nunes (2003) ele diz que os brasileiros se referem à família de forma extensa, ou seja, à parentela. Quando o brasileiro deseja informar sobre sua família nuclear este diz minha mulher e filhos. Bezerra (1995) diz que o favorecimento dos parentes nas relações em geral não é vista por estes como algo negativo. O beneficiado e o beneficiador podem ver essa relação como um dever cumprido para com aqueles que pertencem ao grupo familiar e precisam de alguma ajuda.

Com relação ao “clientelismo familiar” é necessário que fique clara sua definição. Clientelismo familiar e nepotismo não são as mesmas coisas. O que está denominando de clientelismo familiar é a ação do agente público eletivo em manter pessoas da família nos serviços públicos, geralmente em cargos comissionados.

Já o nepotismo vem do latim *nepotis* ou *nepotes*, que significa sobrinho ou neto e no plural *nipoti*, descendentes; sua origem remota às administrações eclesiásticas que nomeavam sobrinhos, parentes dos papas ou filhos - que muitos dessas figuras eclesiásticas não reconheciam - para cargos administrativos da Igreja. Na Ciência Política este conceito é utilizado para dizer do uso do poder por alguma autoridade constituída com o fim de beneficiar parentes (Guimarães, 2012, 16).

Para Pitas (2005), para os cargos que são necessários concursos como porta de entrada para o serviço público não pode haver contratações de parentes por quem possui acesso a estes bens. Porém, para os cargos em comissão essa prática pode acontecer sem que o ator político seja punido. É necessário que fique claro o conceito de cargo em comissão: são considerados cargos dessa natureza aqueles em que não há a necessidade de realização de concurso público para que sejam ocupados. Estes cargos são ocupados, geralmente, por pessoas de confiança do agente político (Rodrigues, 2012).

Para Rodrigues (2012) o nepotismo traz ao debate uma condição que pode interferir na qualidade do serviço público: a competência. Para ele nepotismo significa um favorecimento pelo ator público que possui acesso aos recursos também públicos a qualquer ente familiar devido às suas ligações familiares com estes, independente de haver ou não competência para o cargo adquirido. O nepotismo, para efeitos de aplicação da lei, somente pode ser considerado entre parentes até terceiro grau ascendente ou descendente. Para que não ocorra essa perda de qualidade no serviço público o Supremo Tribunal Federal julgou a Súmula Vinculante número 13 em 21 de agosto de 2008, que proíbe essa prática nos três poderes.

Garcia (2005) chama a atenção para o fato de que nas ações de nepotismo, assim como o clientelismo, existir os sentimentos de lealdade e confiança entre as partes envolvidas e que os interesses de ambos devem ser atingidos na relação.

Retornando a Rodrigues (2005), são apresentadas pelo autor algumas formas de nepotismo, que necessariamente não é clientelismo:

- Nepotismo direto: Quando há uma nomeação de parentes para algum cargo público pelo ator político que possui acesso aos recursos públicos.
- Nepotismo indireto: Quando o agente público contrata parentes de subordinados seus.
- Nepotismo cruzado: Quando há acordos entre atores públicos e há contratações de parentes destes atores como troca de favores.
- Nepotismo trocado: Quando ocorre entre instituições da mesma espécie. Como exemplo, podemos citar entre Executivo Estadual e Executivo Federal.

Segundo o autor, não há a presença de nepotismo constitucionalmente proibido, quando há a nomeação de parentes para ocupar cargos comissionados de natureza política.

Portanto, nepotismo aqui é definido como sendo o favorecimento de parentes de até terceiro grau ascendente ou descendente pelo ator político que possui acesso aos benefícios do Estado, desde que não envolva votos. Ele pode apresentar nas quatro formas mencionadas acima, que são: direto, indireto, cruzado ou trocado. Caso haja a presença de votos na relação entre os entes familiares, denominamos de clientelismo familiar que não é proibido por lei.

Retornando a Bezerra (1995), para o autor há também as trocas entre amigos. Assim Bezerra define a amizade:

A relação de amizade é caracterizada como uma espécie de contrato informal estabelecido voluntariamente entre as pessoas que se veem como iguais e trocam bens e serviços de modo recíproco (BEZERRA, 1995, p. 42).

Para o autor a amizade é uma instituição social; para ele as relações de amizade perpetuam e perpassam as estruturas formais da sociedade. Essa relação é caracterizada por uma espécie de contrato que é informal e estabelecido voluntariamente entre as pessoas que se enxergam como iguais e trocam bens e serviços de modo recíproco. As trocas de favores são um elemento importante nas relações de amizade e dizer não a este fato é colocar em risco a relação de amizade.

Para Rezende (2002) a amizade é resultado de uma ação voluntária e afetiva entre os indivíduos; ela envolve práticas de sociabilidade, trocas íntimas e ajuda mútua. Os amigos, segundo a autora, se veem como iguais na relação e possuem algum grau de equivalência. Sendo assim, na relação clientelista por amizade os atores políticos envolvidos também se veem como iguais na relação. Devido ao fato de verem como iguais pode-se observar a relação clientelista vertical mencionada acima por Ojeda (2011).

Souza (2006) diz que a amizade se articula em três conceitos:

- A cooperação que existe entre os pares.
- O respeito mútuo que se obtém através da cooperação e
- A reciprocidade que está amparada nas normas e interações e promove as normas como sendo legítimas entre os pares.

Para Carvalho (1997), o clientelismo é um tipo de relação na qual os atores políticos concedem benefícios públicos “na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (Carvalho, 1997, 8). O clientelismo é um atributo que varia no sistema político macro e pode ocorrer de haver maior ou menor dose deste tipo de relação entre os atores políticos.

Bahia (2003) faz uma leitura da relação clientelista pela ótica das teorias da troca e dos jogos. Para o autor, na relação entre *patron*-cliente os sentimentos de lealdade, obrigação ou satisfação podem existir em qualquer modelo de clientelismo, porém, o que é realmente crucial na relação entre *patron*/cliente é a obrigação de troca entre as partes envolvidas. Nessa visão de troca apresentada pelo autor, o cliente “compra” a proteção do *patron* contra as exigências formais do mercado, a arbitrariedade ou fraqueza do centro de poder ou contra as exigências de outros grupos

ou indivíduos poderosos. O preço pago por este é aceitar o controle pelo *patron* de seu acesso aos bens públicos. Nessa relação apresentada há uma baixa solidariedade entre as relações cliente-cliente e *patron-patron*. Sendo assim, algumas características dessa relação seriam: acesso restrito aos bens públicos pelos clientes, forte hierarquia vertical, sistema de decisão concentrado no *patron*, demandas fragmentadas por clientes não solidários. Dessa forma, pode haver certo desequilíbrio e conflito entre os clientes que dependem de um mesmo *patron* e estão em busca de um mesmo recurso. O autor menciona que a busca pela proteção do *patron* é racional como em um Estado hobbesiano em que há uma luta de todos contra todos.

Bahia (2003) apresenta a relação clientelista não apenas contendo relações em que há sentimentos como lealdade e confiança, mas em mostra também a racionalidade presente por parte do cliente na relação.

Dessa forma as relações clientelistas podem ocorrer devido às relações por padrão-cliente, amizade, familiaridade. Neste tipo de relação de clientela forma uma rede na qual as informações são de fundamental importância para que possam ser alcançados os interesses particulares e/ou coletivos dos envolvidos. Permanece uma obrigatoriedade em devolver o favor recebido, por isso o sentimento de lealdade é fundamental na relação. Os bens públicos são distribuídos de forma desigual entre os atores políticos incluídos na relação, essa distribuição depende do tipo de aproximação e/ou intimidade que se estabeleceu entre os indivíduos envolvidos. Sendo assim, o clientelismo envolveria mais do que simplesmente a troca de favores por votos, mas sentimentos como lealdade e confiança. A ligação entre o padrão e o cliente pode ser intermediada por um terceiro. A troca de favores é sempre por votos e envolve benefícios que ambos (padrão e cliente) demandem. No caso do padrão votos e lealdade política e no caso do cliente emprego ou outro benefício, porém, vinculados à distribuição de recursos públicos.

Este conceito pode parecer elástico, porém abrange os tipos de relações assimétricas que podem ocorrer com os atores políticos. Segundo Filho (2007), é justamente essa característica “frouxa” ou elástica que o conceito oferece que permite interpretar as novas formas de dominação e controle nas relações políticas denominadas de clientelismo. O autor declara que a visão estática do conceito de clientelismo dificulta perceber novas formas de relações clientelistas que se entrelaçam e constituem nos processos de consolidação democráticos. Este tipo de visão estática, segundo o mesmo, é devido ao fato de relacionar o clientelismo com o atraso nas relações sociais e estabelecer o universalismo de procedimentos como sendo uma forma moderna de relação. Sendo assim, o clientelismo é visto como antiético e o universalismo de procedimentos como o moderno que deve

suplantar o clientelismo nas relações políticas modernas. Para o autor, após a democratização do Brasil na década de 80 do século passado, há necessidade de uma revisão urgente da abordagem das relações entre *patron* e clientela.

Filho (2007) menciona que essa nova democratização pela qual passou o Brasil trouxe uma nova forma de relação entre elite política e massas populares. Na contemporaneidade, o clientelismo apresenta um tipo de relação com aspectos hierárquicos como elementos de identidade e organização coletiva (Filho 2007). O clientelismo, assim, apresenta cada vez mais como uma relação voluntária e flexível entre elites e massas. Também entre os detentores de poder e aqueles que são membros das organizações de base das classes subalternas (Filho 2007). Segundo o mesmo, a democratização pela qual passou o país, o aumento da disputa política, a modernização, a universalização do voto, o aumento da participação da população no cenário político e a organização da sociedade produzem novas formas de relações clientelistas. Neste novo tipo de relação o cliente é um agente ativo e não mais passivo como era mencionado anteriormente. Neste caso ele procura em algumas situações o patrão para estabelecer suas relações clientelistas e obter seus interesses coletivos e individuais atendidos e não mais espera que este o procure. Ele usa este tipo de relação como uma estratégia política.

Pelo exposto não é correto afirmar que o clientelismo não se refere a uma troca por votos, mas que a relação vai além deste ato, podendo ser uma ação em que o cliente não é apenas uma “vítima” dos interesses do patrão, porém alguém que o procura para que a relação se estabeleça oferecendo sua lealdade em troca de um bem público, sendo que a lealdade é algo que vai além do voto simplesmente: o próprio cliente pode tornar um cabo eleitoral do patrão ao ter seus interesses atendidos. Essa ação pode ser uma estratégia política de uma determinada população carente de recursos que são arrolados como direitos que políticos apresentam como favores (Filho 2007). Segundo o autor, é necessário considerar que o clientelismo pode desempenhar um papel dentro do processo democrático como um instrumento de ação popular na busca de alcançar benefícios que de outra forma não seriam alcançados pelos meios formais da política (Filho 2007).

Deixando agora o conceito de clientelismo, deve-se apresentar o conceito de mandonismo, que refere ao fato de manter em determinado local estruturas oligárquicas e com o poder personalizado. Neste caso o mandão possui acessos a recursos estratégicos e com o uso deles impede que a população tenha aquisição junto ao mercado político. Sendo assim, o mandonismo não é um sistema político e sim uma característica da política tradicional. O mandonismo tende a

acabar à medida que a cidadania e os ingressos aos bens públicos tornem-se institucionalizados (Carvalho, 2007).

Carvalho (2007) diz que o mandonismo sempre existiu e foi uma característica do coronelismo assim como também é do clientelismo. Sendo assim, podem-se encontrar as ações do mandão no momento democrático em localidades e momentos específicos da democracia.

Para Leal (2012) o mandonismo local apresenta na perseguição aos inimigos locais. Para o autor, essa perseguição aumenta nos períodos eleitorais e com ela diminui as possibilidades de trocas de favores entre os atores políticos considerados inimigos do mandão. Neste tipo de relação a hostilidade é considerada uma forma normal de relacionar. O mandonismo, segundo o autor, sufoca a consciência do povo e é inversamente proporcional aos direitos civis e faz parte da política tradicional.

Leal (2012), explica também que há de fazer distinção entre coronelismo e mandonismo. Ele mesmo diz que são distintos os dois conceitos: como mencionados acima, o coronelismo não é um fenômeno que ocorre apenas na política local e produz uma ponte entre essa política e os municípios, Estados e União em um jogo que usa da coerção e cooptação exercidos nacionalmente. Já o mandonismo não é um sistema e sim um resquício da política tradicional. O mandão utiliza dos recursos que possui no conflito com seus inimigos políticos impedindo que estes tenham acesso aos mesmos recursos.

Segundo Queiroz (1969), o mandonismo apresenta várias formas de manifestar desde o período colonial, adaptando aos momentos históricos e políticos. Dessa forma ele pode ser apresentado como o conceito mais amplo de dominação através do poder político-econômico no Brasil. Para a autora, o mandonismo e suas sucessivas formas de ação política em momentos diferentes está ligado ao fato de haver em determinada localidade uma estrutura social que fundamenta no modo particular de funcionamento dos denominados grupos de *parentela*. Ela define estes grupos como sendo grupos com laços consanguíneos e que reúnem, neste caso, com a finalidade político-econômica.

1. OS ELEITORES E O PODER ELETIVO

Como é então o comportamento do eleitorado e do poder Legislativo em municípios considerados de médio porte populacional? O eleitor também possui seus interesses e deseja que eles sejam atendidos. Para Desposato (2006), os interesses dos eleitores modificam de acordo com

a região e as condições demográficas a que pertencem. Os eleitores que estão em regiões consideradas mais pobres fazem mais pressão sobre os legisladores por bens individuais ou o que o autor denominou de bens privados. Já os eleitores dos municípios mais urbanizados e mais alfabetizados realizam maior pressão sobre os legisladores por mudanças nas políticas públicas ou o que o autor denominou de bens públicos.

Segundo Andrade (2007), a Constituição de 1988 tornou os municípios entes autônomos comparáveis em certos sentidos à União e aos Estados. Sendo assim, o prefeito municipal possui poderes equiparados ao do presidente da República, só que limitados ao espaço geográfico do município.

Barboza (2013) diz que há diferenças entre o que os eleitores de municípios pequenos, médios e grandes portes desejam como forma de política e a forma como as casas legislativas trabalham. Para o autor, nos pequenos municípios a institucionalização é menor em relação aos médios e grandes municípios. Isso quer dizer que nos pequenos municípios há uma menor institucionalização nas organizações das câmaras, menor possibilidades de acesso aos cargos públicos, ou seja, para que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos há em muitas situações que fazer uma barganha, essa ação torna o ato realizado personalista e não impessoal, devido a uma ausência de regras universais que possam orientar os procedimentos internos nas instituições políticas e democráticas.

Segundo o autor a institucionalização das casas legislativas é definida como sendo a de um órgão “com limites de atuação estabelecidos, funções específicas e capacidade de desempenhar essas funções de forma autônoma; em segundo lugar deve ser capaz de aglutinar em seu entorno os diferentes grupos que compõem determinada sociedade, assim como ter espaço aberto para manifestação da oposição” (Barboza, 2013, p. 49). Dessa forma o Legislativo municipal é autônomo a partir do momento que cumpre estes requisitos. Este fato pode ser observado nos municípios em que há a presença de um Executivo hipertrofiado frente a um Legislativo que se anula de suas funções de fiscalizar o Executivo e legislar em troca de benefícios do Executivo para que os vereadores possam se reeleger nas próximas eleições.

Em pequenos municípios, segundo o autor, há uma pequena capacidade de renovação da elite política local e as relações entre o Executivo e Legislativo local podem ser baseadas no clientelismo entre ambos. Já nos municípios médios ou grandes há uma maior autonomia das casas legislativas em relação ao Executivo. Mas, mesmo assim, há a presença de relações clientelistas entre os atores políticos.

Há uma a necessidade de definir o que se esta chamando de pequeno, médio ou grande município. Está utilizando como critério a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE): são considerados pequenos municípios os que possuem até 100 mil habitantes, de 100001 habitantes até 500 mil o município é considerado médio e acima de 5001 mil habitantes é considerado grande. Este esclarecimento é importante por se tratar de um município que tem uma transição de pequeno para médio como será demonstrado abaixo o município de Ibitiré iniciou com menos de 15 mil habitantes e possui atualmente mais de 100000 mil e menos de 500 mil habitantes.

Segundo Castro (2007), o eleitor brasileiro possui um baixo grau de participação política a não ser a ação de votar nas eleições. O eleitor, segundo a autora, possui também baixa informação, interesse, envolvimento político e baixo grau de sofisticação política. Quanto à ideologia do voto é mínima a sua estruturação. Para a autora, estes fatos ocorrem principalmente nas consideradas camadas populares, que demonstram ter pouca ou nenhuma informação sobre as questões políticas mais importantes nas campanhas eleitorais, desconhecem também as propostas dos partidos e a posição dos candidatos a respeito dessas questões.

Estes fatos levam a uma não sofisticação dos votos. O eleitor brasileiro, neste caso, principalmente o das camadas populares, é considerado desinformado, apático (sem interesse pela política), que se comporta de forma volátil e vota devido a uma identificação com o candidato e não se identificando com as propostas dos mesmos e dos partidos políticos. Sendo assim, o voto não é ideológico e sim personalista. Este é o voto da maioria das classes brasileiras. Esse comportamento permite que essa massa de eleitores seja manipulada por lideranças políticas do tipo clientelista, eleitoreira e populista.

Devido ao sistema eleitoral adotado no Brasil, de lista aberta, em que os candidatos disputam votos com outros candidatos dentro e fora de seu partido político e em regiões em que não é conhecido, mas possui outro aspirante ao mesmo cargo, podemos dizer que nas eleições brasileiras há uma guerra de todos contra todos na disputa eleitoral. Neste cenário não é incentivado mencionar os feitos dos partidos para os eleitores e sim o que o candidato possui como diferencial para fazer melhor do que o adversário político nas políticas públicas apresentadas durante a campanha para os eleitores. O voto personalista é então incentivado. A figura do candidato permanece acima da figura do partido político. Mesmo podendo votar no partido político, a maioria dos eleitores vota nas pessoas. Este ato não incentiva a permanência de um político em um partido, sendo normal o troca-troca de partidos ou a criação de novos partidos políticos.

Segundo Reis (2000), a ideologia política conduz a um conjunto de ideias e essas ideias levam a ação política. Sendo assim, a ideologia política torna-se uma ação lúcida no comportamento dos atores políticos. Para o autor, essa noção de ideologia induz a uma descentração cognitiva e intelectual que pode ser eficazmente alcançada na esfera da ação política e através dessa ação. Este

fato pode explicar o aparecimento e penetração de uma ideologia entre as classes dominadas, escapando essas classes dominadas das ideias difusas das classes dominantes. Sendo assim, as classes dominadas podem, através dessa ação descentralizadora, diminuir as chances de serem dominadas por ideologias que sobrevivem das classes dominantes.

Segundo o autor, a intencionalidade do ator político orienta a ação do agente político e o faz avaliar se sua ação é efetiva para realização de seus objetivos políticos ou pelo menos avaliar este objetivo do qual dispõe e de seus meios para alcançá-lo ou não. Este fato significa que a intencionalidade possui um componente cognitivo em sua ação e implica o processamento de informações acerca de como alcançar os objetivos desejados.

Este fato informa, segundo o autor, que há uma racionalidade na intencionalidade do agente político. Neste caso, o eleitor em suas ações políticas age de forma racional para alcançar seus objetivos no momento de agir politicamente: como o momento de votar. Sendo assim, é possível afirmar que o eleitor age racionalmente e calcula suas ações no momento de votar.

Lopez (2004) estudou a relação entre os vereadores de Araruama (Rio de Janeiro) com os eleitores e entre estes e o Executivo municipal. Será citada aqui sua pesquisa pelo fato de podermos observar relações parecidas nessa pesquisa. Araruama em 2000 era um município com 69 090 habitantes e 57928 eleitores, sendo assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um pequeno município.

Segundo Lopez (2004) o atendimento aos interesses particularistas dos eleitores no município era algo fundamental na relação entre o Legislativo e os eleitores. Sendo assim, o atendimento às questões pessoais pode indicar se um vereador é bom ou não no que faz para seus eleitores e se deve ou não continuar na vida pública. Quanto ao vereador, a maior parte de seu trabalho com os eleitores acontece no encontro face a face. O vereador neste caso permanece em uma situação em que deve escolher apoiar o Prefeito local e ter condições de atender as demandas de seus eleitores ou tornar oposição e ter sua capacidade de atendimento dificultada.

As ações políticas dos vereadores municipais permanecem entre as leis universais que devem ser seguidas e são impessoais e os atendimentos das demandas pessoais dos eleitores que muitas vezes exigem um relacionamento clientelista. Neste caso, os vereadores devem fazer sempre uma escolha entre o universal (leis, políticas públicas) e o pessoal (demandas dos eleitores, amigos, padrinhos políticos). Segundo o autor, quase sempre os vereadores preferem atender as demandas clientelistas de seus eleitores.

Com relação aos partidos políticos, qual a sua importância no jogo político, então? Segundo Bonavides (2006), os partidos políticos possuem como uma de suas funções organizarem como

ocorre o jogo político. Neste caso o partido é importante pelo fato das pessoas poderem associar livremente aos mesmos e terem como objetivo o acesso ao controle administrativo do poder público. Segundo o autor, os partidos políticos são organizações que reúnem homens com os mesmos interesses com o intuito de assegurar uma verdadeira influência na realização dos negócios públicos. Dessa forma, para que possa chegar ao poder político é necessária uma organização em forma de partido político. O desejo de todo partido político é o poder.

Dessa forma o partido político torna uma organização que é inspirada por ideias ou movida por interesses comuns com o fim de alcançar o poder com emprego de meios legais e neste permanecer para realização dos fins propostos. O fato é que os eleitores nem sempre conhecem ou percebem devido ao fato de ocorrerem entre os partidos políticos, coligações nas quais as ideias que os partidos defendem e as coligações realizadas são antagônicas. O voto no Brasil pode ser no partido e neste caso ocuparia o cargo eletivo quem conseguisse o maior número de votos na lista de candidatos inscritos na eleição. Porém, nas campanhas a maioria dos candidatos incentiva o voto personalista, ou seja, no candidato e não no partido político.

Para Codato (2011), quem está à frente do Executivo porta com poderes para agir como um árbitro nas relações com os eleitores. Para o autor:

O chefe de Estado (Executivo) passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso, que contará com um novo parceiro – as massas populares urbanas - e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado (Executivo). Na função de árbitro faz opção entre alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. (grifo meu) (Codato, 2011, p. 17).

Pela citação realizada o prefeito municipal, com o poder de agenda que possui, pode definir quando, o que e como serão atendidas as demandas apresentadas pelos eleitores em seu município. Para Inácio:

O poder de agenda refere-se à capacidade de determinado ator influenciar ou determinar as alternativas consideradas nos processos decisórios, em relação ao conteúdo e aos procedimentos a partir dos quais tais alternativas se convertam em decisões. (Inácio, 2007, 170).

Com este poder que possui, o chefe do Executivo municipal pode administrar como serão atendidas as demandas com o objetivo de controlar como serão distribuídos os recursos públicos em favor de seu jogo político.

1.1- O nascimento do município

Segundo Carvalho, Pereira, Taucce, Abujamra e Cunha (1998), um morador natural de Vargem do Pantana de nome Arthur Alves de Alcântara Campos, que fazia parte do Partido Republicano, conseguiu na cidade de Ouro Preto a elevação do povoado a distrito dentro do município de Sabará, pelo decreto de número 88 de 2 de junho de 1890.

Segundo os autores, em 1890 este povoado torna-se distrito de Sabará e em 1897 passa a pertencer ao município de Santa Quitéria (hoje, Esmeraldas). Pinheiro (1990), o distrito de Vargem do Pantana era conhecido como o menos importante de Belo Horizonte e de Santa Quitéria. Era um distrito agrícola e pastoril, porém muito rico em minério de ferro.

Pinheiro (1990) menciona que já em 1911, Vargem do Pantana passou a pertencer ao município de Contagem e em 1923 tem o nome mudado para Ibirité. Em 1938 passa a pertencer ao município de Betim, de onde se emancipou em 30 de Dezembro de 1962. No ano de 1990 tem a sua Lei Orgânica, Comarcas e Varas judiciais estabelecidas.

Na década de 50, mais precisamente em 1958, formou-se uma comissão pró-emancipação do distrito. Essa comissão era composta por: Padre José Campos Taitson, Luiz Santos, João Ferreira de Freitas, Antônio Pinheiro Diniz (patriarca da família Pinheiro), Felismino Rodrigues, Hugo Luiz Camargo, Arthur Narciso Campos, Ulisses Caetano de Lima e Wilson Aguiar. Essa comissão organizou toda a documentação exigida por lei e conseguiu o apoio da Câmara Municipal de Betim.

A lei nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, permitiu o desmembramento dos distritos de seus respectivos municípios no Estado de Minas Gerais a serem elevados ao status de município. Pela lei:

Art. 4º - O Município criado ou aumentado com área desmembrada de outro será responsável pela quota-parte das obrigações do município desfalcado, quando comprovadamente aplicada na área desmembrada. (Lei nº 2764/62)

Pela lei apresentada é possível a criação de novos municípios neste período desde que os municípios criados pela vigência da lei pagassem ao município do qual desmembrara valores relativos à arrecadação que este deixou de receber com a emancipação.

Aprovada a criação deveria ser nomeado um intendente para governar o recém-criado município. Este teria obrigações executivas e Legislativas até que fossem realizadas eleições no município.

2. O EXECUTIVO DE IBIRITÉ

Aprovada a emancipação do município pela lei 2764 de 1962, apresenta abaixo como foi o jogo político para a escolha do intendente do município. Antônio Pinheiro Diniz, através do texto escrito por Irene Pinheiro (1990), informa que trabalhou muito neste sentido:

Frequentei a escola até o 3º ano primário. Minha primeira professora foi dona Luiza. Meus saudosos colegas foram: Geraldo, Taitson, Chiquinho, Zé Veloso, Wilson Aguiar. Minha adolescência foi marcada pelo trabalho junto com meu pai na fazenda, até os 20 anos de idade. Depois tirei carteira de motorista e fui trabalhar por conta própria. Na época que Ibirité pertencia a Betim eu era do PSD... Assim como eu, Ibirité teve outros vereadores na Câmara de Betim: Hugo Camargo, Felismino Rodrigues, Carlos da Silva Sobrinho, Ermelindo Cardoso, Wilson Narciso. Trabalhei muito para a emancipação de Ibirité, como tesoureiro da comissão. Levantamos toda a documentação necessária e apresentamos, durante o governo de Bias Fortes, mas não conseguimos. Foi no governo de Magalhães Pinto, que conseguimos a emancipação de Ibirité. Daí partimos para a escolha do intendente. Eu e o João de Freitas queríamos que fosse um candidato de nosso partido (PSD) e tinha sido eleito, pela UDN, o Governador Magalhães Pinto. Nessa época eu tinha um bom relacionamento com o governador, através do deputado Bento Gonçalves majoritário em Ibirité, graças ao meu trabalho político e que recebera do governador autonomia para escolher o intendente da cidade... Fiquei sabendo que havia uma pessoa que estava com o terno pronto, certo de sua indicação. Finalmente, o nome de Chaffyr Ferreira, dentro do grupo Jaffet em Minas Gerais, fora indicado ao cargo. Particpei ativamente da campanha de Wanderley Cabral de Barros, 1º prefeito da cidade, por sinal um excelente prefeito. Acompanhava-o, em sua campanha, no distrito do Sarzedo, nos povoados de Fecho do Funil, Bom Jardim e Mário Campos, e nas festas de casamentos, forrós e outros. (Pinheiro, 1990 p.32)

Pelo discurso observa-se o personalismo apresentado nas ações de Diniz. Ele apresenta a si mesmo como sendo o principal ator político na emancipação do município. Identifica-se com a população local ao dizer que nasceu e cresceu no distrito. Essa identidade também é revelada ao mencionar os nomes da primeira professora e colegas de escola. Segundo Pinheiro (1990) o padre José Campos Taitson, que também participou do processo de emancipação do município menciona em entrevista, concedida a Irene Pinheiro (1990), que Antônio Pinheiro Diniz era o único morador do distrito que fazia parte da comissão de emancipação.

O padre José Campos Taitson também informa através da mesma entrevista concedida a Irene Pinheiro (1990), que este processo emancipatório ocorreu de forma que a sorte colaborou com as ações dos atores envolvidos na ação emancipatória. Ele menciona que para solucionar o problema de Ibirité não possuir a quantidade populacional exigida pela lei 2764 de 1962 para se emancipar foi proposta a participação das lideranças de Sarzedo fazendo parte do município a ser criado e tornar-se distrito de Ibirité. Ele informa que em uma noite Felismino Rodrigues, que era

vereador em Betim, redigiu a proposição da lei emancipatória e a apresentou em regime de urgência na Câmara. Em dois dias a lei foi aprovada. Como o governador do Estado Bias Fortes não desejava criar novos municípios, o distrito teve de esperar por dois anos para conseguir sua intenção. E também concorda que Diniz foi quem mais batalhou pela emancipação do município.

É mencionado também por Antônio Pinheiro Diniz na entrevista citada acima, como o partido político não era importante na escolha do intendente municipal ou para qualquer cargo público naquele momento. Ele mesmo diz ser do PSD (mas foi eleito para vereador em Betim pelo partido UDN). A sua rede de relacionamento com o governador é mostrada através da ligação que este tinha através do deputado Bento Gonçalves o que lhe permitiu escolher o intendente da cidade sem passar pela consulta de outros emancipadores do município. O fato de ele trabalhar em função da escolha do primeiro prefeito municipal demonstra já haver em sua mente qual deveria ser a sua posição e ação política no município que iniciava.

Diniz informa em sua entrevista, citada acima, que foi durante o mandato do Governador do Estado de Minas Gerais José de Magalhães Pinto (1961-1966) que a emancipação de Ibirité foi conseguida. Talvez pela proximidade deste com o então Governador, avalizada pela amizade com o deputado Bento Gonçalves que lhe permitiu a negociação com o então governador do Estado de Minas Gerais. O deputado Bento Gonçalves deveria escolher o intendente do novo município, porém devido à amizade com Antônio Pinheiro Diniz, permitiu que este ficasse à frente da empreitada e pudesse escolher quem ocuparia este cargo. Na realidade o que parece ser apenas uma amizade revela ser uma estratégia política: o próprio Diniz informa que Bento Gonçalves era majoritário em Ibirité devido ao seu trabalho como assessor político. Pode-se observar uma rede na qual Diniz era eleito vereador em Betim pelo então distrito e apoiava Bento Gonçalves como deputado federal e para governador José de Magalhães Pinto. Deve-se levar em conta que as eleições para o cargo de presidente, governador e prefeito foram realizadas de forma direta em 3 de outubro de 1960. Para os Legislativos havia ocorrido eleições diretas em 3 de outubro de 1958 e a próxima seria em 3 de outubro de 1962, ano de emancipação de Ibirité. Portanto, para Bento Gonçalves, principalmente, era de importância política manter seus votos no então recém-emancipado município. Como estratégia política decidida por ambos os políticos foi então nomeado, como indicado por Diniz e Gonçalves para intendente, Chaffyr Ferreira. Sendo assim, a oposição, que tinha uma pessoa pronta para o cargo não o conseguiu. Veja abaixo quadro com respectivos prefeitos e vice-prefeitos eleitos, desde a sua fundação até o momento atual, no município.

Quadro I: Prefeitos eleitos no município de Ibirité

Ano	Nomes	Partidos
1963/1965	José Wanderley Cabral de Barros Vice: João de Freitas	Coligação: PSD, PTB
1967/1971	Antônio Pinheiro Diniz Vice: Franklin Landi	Coligação: PSD, PTB e PSP
1971/1972	Euler Caetano de Lima Vice: Fernando Rodrigues	ARENA
1973/1976	José Wanderley Cabral de Barros Vice: José Gomes de Matos	ARENA
1977/1982	Euler Caetano de Lima Vice: Antônio Gonçalves	ARENA
1983/1988	Paulo Telles da Silva Vice: Joaquim Teodoro	MDB
1989/1992	Antônio Pinheiro Junior Vice: Márcio Flávio Baumgratz Gossi	PDT
1993/1996	Paulo Telles da Silva Vice: Roberto Eustáquio Righi	PSDB
1997/2000	Márcio Flávio Baumgratz Gossi Vice: Benedito Pires Teixeira	PPS
2001/2004	Antônio Pinheiro Júnior Vice: Paulo Telles da Silva	PSD
2005/2008	Antônio Pinheiro Júnior Vice: Mário Lúcio Moreira	PL
2009/2012	Láercio Marinho Dias Vice: Odair Dias	DEM
2013	Antônio Pinheiro Neto Vice: Dolores de Oliveira Souza	PP

Fonte: Ibirité Renovação – Biblioteca pública

Como mencionado por Bonavides (2006), os partidos têm sua importância na organização do jogo político. Muitos possuem suas ideologias políticas e as defendem. Mas temos de analisar como o eleitor percebe seu candidato nesse jogo político apresentado. Neste caso o que diz Castro (2007) confirma sobre os vereadores eleitos: os candidatos aos cargos majoritários e do Legislativo muitas vezes não são fiéis a um partido político. José Wanderley Cabral de Barros, primeiro prefeito eleito em Ibirité pode ter mudado de partido político devido ao fato de que na segunda eleição em que disputou para prefeito no município, em 1972, como mostra o quadro I já estava em processo o bipartidarismo no país e talvez por isso ele fosse para a ARENA e deixou o PSD. Porém, os outros eleitos não foram por este motivo. Antônio Pinheiro Junior em seu primeiro mandato no ano de 1989 estava filiado ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), no segundo no ano de 2001 ao PSD (Partido Social Democrático) e no terceiro no ano de 2005 ao PL (Partido Liberal). Este fato nos mostra que o eleitor muitas vezes vota não no partido e sim no candidato. O voto neste caso é personalista. O eleitor que assim age está calculando o seu ganho ou o que ganhou sua comunidade com o candidato que foi eleito e não na ideologia partidária.

Outro fato que chama a atenção no quadro I é que os dois prefeitos eleitos que não pertenciam à família Pinheiro e que não receberam a ajuda dessa foram vice de Antônio Pinheiro Junior, mais conhecido por Toninho Pinheiro. São eles: Márcio Flávio Baumgratz Gossi e Paulo Telles, ambos nascidos fora de Ibirité. Este ato mostra que houve uma aproximação destes com a família Pinheiro e que talvez por não conseguirem atender seus interesses políticos com essa aproximação resolveram posteriormente fazer oposição à mesma.

Márcio Flávio Baumgratz Gossi possuía na época de sua primeira vitória em uma eleição, em 1997, 46 anos e foi lançado na vida pública por Toninho Pinheiro como vice-prefeito em sua coligação política. Depois deste fato afastou da família Pinheiro e fez uma aliança em 1996 com Paulo Telles para que ele o apoiasse como candidato à prefeitura local. Pode-se conjecturar que como a reeleição era proibida nessa época e Paulo Telles desconfiava do interesse de Toninho Pinheiro retornar ao cargo majoritário, apoiou Márcio Gossi e este venceu a eleição contra Toninho Pinheiro filiado ao PSD (Partido Social Democrático). Márcio Gossi desejou disputar a reeleição aprovada durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, que coincidia com o seu em Ibirité, na Emenda Constitucional nº 16 em 4 de junho de 1997. Resultado: perdeu e nunca mais voltou à vida política na cidade.

Paulo Telles venceu sua primeira eleição disputada em 1982 contra Antônio Pinheiro Diniz. Não conseguiu eleger seu candidato na eleição de 1986 e venceu a eleição de 1992, retornando à

prefeitura. Era apontado como o maior nome de esquerda do município que se opunha à forma de governar da família Pinheiro, mas cometeu o que foi considerado um erro grave que nunca foi perdoado pelos eleitores locais: tornou-se vice de Toninho Pinheiro em seu segundo mandato em 2001. Nunca mais venceu uma eleição em Ibirité.

Paulo Telles em seu segundo mandato (1993-1996) enfrentou uma “onda” de pedidos de emancipação dos distritos que estavam submetidos a Ibirité, são eles: Distrito Durval de Barros, Distrito de Mário Campos e Distrito de Sarzedo. A lei permitia que fosse realizado um plebiscito nos distritos que possuísem condições de emancipação.

Em Sarzedo o processo emancipatório foi solicitado pelo então deputado estadual Ermano Batista, do partido PL (Partido Liberal), em 9 de junho de 1994 e deferido em 22 de junho do mesmo ano. Porém, desde 13 de fevereiro de 1992 havia pedido sobre este processo de emancipação do distrito. Antônio Pinheiro Diniz, no processo de emancipação do então distrito de Ibirité do município de Betim, teve a habilidade de fazer com que essas lideranças permanecessem unidas às lideranças de Ibirité para a formação do novo município. Paulo Telles não conseguiu impedir este processo emancipatório e Sarzedo foi emancipado diante da escolha dos eleitores do distrito.

Mário Campos, como Sarzedo, também solicitou através de suas lideranças no mesmo período, pedido a Assembleia Legislativa mineira, para deixar de ser um povoado e se tornar distrito de Ibirité no ano de 1963 com o apoio de Antônio Pinheiro Diniz, que na época estava trabalhando a favor emancipação de Ibirité e de João de Deus. O processo de emancipação do distrito em 1979 tem o pedido realizado pelo então deputado estadual José Laviola Matos (ARENA). Foram recolhidas assinaturas para que o possível processo se realizasse. Em 1974, o então deputado estadual João Ferraz (Arena) realiza uma nova petição com o apoio do então prefeito de Ibirité José Wanderley Cabral de Barros. Em 1995, em plebiscito realizado com essa finalidade, os eleitores locais aprovam a elevação do distrito a município.

Já o distrito de Duval de Barros tem seu pedido solicitado em maio de 1976. Era prefeito municipal de Ibirité: José Wanderley Cabral de Barros. O processo de criação do distrito foi rápido: no dia 7 de maio de 1976 foi enviado à Assembleia Legislativa requerimento com assinaturas solicitando a elevação do povoado a distrito e em 13 de maio do mesmo ano foi aprovado e o distrito criado. No fim da década de 1970 e início de 1980 é pedida a elevação do distrito a município pela então vereadora do partido ARENA Valdivina Rodrigues Bonfim, que não obteve sucesso. Em março de 1995 é criada uma comissão de emancipação do distrito e em maio do

mesmo ano o então deputado Dinis Antônio Pinheiro pelo partido PSD (Partido Social Democrático) solicita a emancipação do distrito de Durval de Barros. Pelo fato de não cumprir todos os requisitos que eram solicitados na lei de emancipação, o processo emancipatório não foi adiante.

Mais do que a divisão territorial, a emancipação dos distritos informados significava menor repasse do Fundo de Participação dos Municípios para Ibitié e menor arrecadação de Imposto Territorial Predial e Urbano. O distrito de Duval de Barros é o que possui maior extensão territorial e arrecadação para o município de Ibitié, talvez por isso o empenho de Antônio Dinis Pinheiro em seu processo emancipatório e o envolvimento de Paulo Telles em sua permanência como distrito. Estes processos narrados mostram que Antônio Pinheiro Dinis soube trabalhar junto às lideranças dos distritos e alcançar a emancipação de Ibitié; já Paulo Telles não obteve muito sucesso em manter os dois distritos, de Sarzedo e Mário Campos, que foram emancipados.

Retornando à família Pinheiro, Antônio Pinheiro Junior venceu sua primeira eleição para prefeito em 1988 com 28 anos. Com primeiro grau incompleto, teve em seu candidato a vice Márcio Grossi uma forma de atenuar este fato, já que este era formado em curso superior. Durante seu primeiro mandato a composição de seu secretariado foi assim formada:

Quadro II: composição da secretaria municipal entre 1989-1992. Prefeito Antônio Pinheiro Júnior (PDT)

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Chefe de gabinete	Dinis Antônio Pinheiro	irmão
Assessora especial	Ione Maria Pinheiro	irmã
Diretor departamento de administração	Fernando Rodrigues	Vice prefeito entre 1971-1973
Diretora departamento de educação e cultura	Irene de Melo Pinheiro	mãe

Fonte: Ibitié Renovação – Biblioteca pública

O quadro apresentado, demonstra que parte da administração municipal era ocupada por parentes em primeiro grau (familiares) ou políticos de sua confiança. É importante citar aqui que é o começo da vida política de Dinis Antônio Pinheiro neste caso com 22 anos, trabalhando como chefe de gabinete na prefeitura de Ibitié e tendo seu irmão Antônio Pinheiro Junior como seu chefe superior. Antes do término do mandato na secretaria, afasta da política municipal e é eleito o deputado estadual mais jovem de Minas Gerais nas eleições de 1994, com 28 anos, chegando posteriormente à presidência da Assembleia Legislativa.

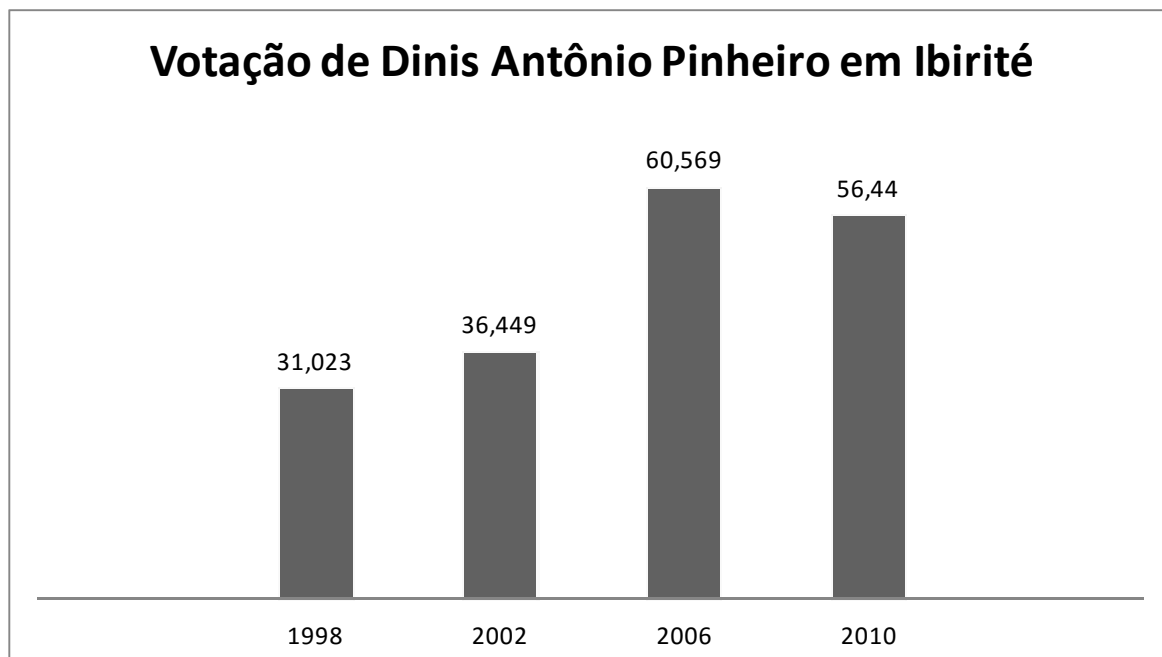
Dinis Antônio Pinheiro é eleito pela primeira vez como deputado estadual em 1998 com 46504 votos pelo PSD (Partido Social Democrático). Em Ibitaré sua cidade natal e principal colégio eleitoral alcançou 31,023% dos votos válidos, ou seja, 11544. Neste ano foi votado em 308 dos 853 municípios de Minas Gerais. Já em 2002 filiado ao PL (Partido Liberal), conseguiu a reeleição como Deputado Estadual com 67136 votos, em Ibitaré obteve 19516 votos, ou seja, 36,449% dos votos válidos no município. Neste pleito ele foi votado em 295 municípios. No terceiro mandato legislativo em 2006, filiado ao PSDB, dos 132259 votos, 38840 ou 60,569% dos votos válidos do município de Ibitaré foram dele. Neste ano ele foi votado em 407 municípios de Minas Gerais. Em 2010, Dinis Antônio Pinheiro obtém 159422 votos e é eleito o deputado estadual mais votado de Minas Gerais e obtém a presidência da mesa diretora na Assembleia Legislativa mineira. Em Ibitaré conseguiu 37108 votos, ou seja, 56,44% dos votos válidos. Todos os dados são segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Em 2002 o então deputado Dinis Antônio Pinheiro aproxima do governador Aécio Neves da Cunha, que fora eleito naquele ano. A partir desde momento sempre estará ao lado do governador e torna um de seus principais aliados na Assembleia Legislativa. O governador Aécio Neves e Antônio Anastasia vice-governador foram algumas vezes ao município de Ibitaré. Dinis Antônio Pinheiro torna-se governador interino no período de 3 de maio de 2012 a 13 de maio de 2012 e visita sua cidade natal durante este mandato.

Nas eleições de 2006, Ione Maria Pinheiro tenta um voo sem o apoio familiar e candidata a Deputada Federal pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional). Conforme a receita de sua campanha eleitoral divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, percebe-se que ela aventurou sozinha, longe de um apoio familiar, dos R\$ 59120,00 arrecadados para a disputa eleitoral, R\$ 49700,00 são de recursos da própria Ione Maria Pinheiro, sua mãe Irene de Melo Pinheiro doou R\$ 2700,00 e os outros R\$ 6720,00 vierem de pessoas físicas. Nessa campanha eleitoral, Ione Maria Pinheiro conseguiu 31088 votos para Deputada Federal. Destes 31088 votos, 21053 votos vieram do município de Ibitaré, ou seja, 33,061% do total dos votos válidos no município. Nessa eleição, Ione Maria Pinheiro foi votada em 193 municípios mineiros, mas, não foi eleita. Seu irmão Dinis Pinheiro filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) disputou nessa eleição o cargo de Deputado Estadual e o outro irmão Toninho Pinheiro era prefeito em Ibitaré filiado ao PL (Partido Liberal) apoiaram o candidato José Fernando Aparecido de Oliveira, filiado ao PV (Partido Verde). O apoio dos irmãos de Ione Pinheiro aconteceu também em receitas para a campanha de José Fernando Aparecido de Oliveira, Toninho Pinheiro que não doou nenhum centavo para a campanha política da irmã, doou R\$ 1750,00 para a de José Fernando, mais

conhecido como Zé Fernando. Laércio Marinho Dias também fez doação para a campanha de Zé Fernando no valor de R\$ 2000,00. Nessa eleição José Fernando Aparecido de Oliveira conseguiu 14146 votos em Ibirité, ou seja, 22,215% dos votos válidos, segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. José Fernando aparecido de Oliveira foi eleito com 79883 votos. Este fato demonstra uma divergência, neste período, no seio da família Pinheiro, a razão da divergência não se conhece ao certo.

Nas eleições de 2014, Dinis Antônio Pinheiro então no PP (Partido Progressista) disputa a eleição para o cargo de vice-governador ao lado de Pimenta da Veiga do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e apoia junto com Toninho Pinheiro para Deputada Estadual Ione Pinheiro, sua irmã. Dinis Pinheiro não obtém sucesso na empreitada e sua coligação perde no primeiro turno o cargo majoritário disputado, mas sua irmã é eleita com 81956 votos sendo destes 21637 em Ibirité, ou seja, 30,22% dos votos válidos no município, este número indica que Ione Maria Pinheiro obteve 2,841% de votos menor em relação a 2006, no município de Ibirité, quando foi candidata a Deputada Federal. Ela foi votada em 398 municípios de Minas Gerais. Seu partido político, o DEM (Democratas), faz oposição ao governo eleito em Minas em 2014 que é do PT: Fernando Pimentel. O candidato a Deputado Estadual da oposição Ricardo Bernadão do PT fez em Ibirité 14242 votos, ou seja, 19,89% dos votos válidos. Fernando Pimentel candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) conseguiu 40437 votos ou 55,63% dos votos válidos no município de Ibirité. Dados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Quadro III: Porcentagem de votos versus ano em Dinis Antônio Pinheiro.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Pelos dados apresentados no gráfico podemos observar o seguinte:

1º Há um crescimento no número de eleitores que votaram em Dinis Pinheiro no município chegando ao ápice em 2006.

2º Há uma queda no número de votos alcançados por Dinis Pinheiro na eleição de 2010 em relação à de 2006.

Mencionando novamente Toninho Pinheiro, em seu segundo mandato como prefeito em Ibirité no ano de 2001, já estava filiado ao PSD (Partido Social Democrático) já com 41 anos de idade, escolaridade fundamental incompleto. Seu vice foi Paulo Telles, que usou essa aliança para impedir a reeleição de Márcio Grossi. Paulo Telles não permaneceu como vice por muito tempo e após 4 meses de gestão afastou-se de Toninho Pinheiro, deixando o cargo de vice-prefeito.

Vencendo a reeleição para seu terceiro mandato como prefeito em 2005, Toninho Pinheiro, dessa vez filiado ao PL (Partido Liberal), escolhe como vice Mário Lúcio Moreira, formado em engenharia, 55 anos, natural de Itaúna, em Minas Gerais. Mário Lúcio Moreira mantinha a esperança de que, terminado o mandato de Toninho Pinheiro, ele receberia o apoio dele para concorrer ao pleito eleitoral. A esperança acabou na convenção partidária do partido DEM (Democratas) quando Pinheiro, que não poderia mais se candidatar, escolheu para apoiar ao cargo majoritário Láercio Marinho Dias e para vice Odair Dias. Pinheiro consegue a vitória de seu

candidato para a eleição de 2008 e a inimidade política de Mário Lúcio Moreira. Toninho Pinheiro vence a eleição para Deputado Federal em 2010 pelo partido PP.

Laércio Marinho Dias do partido DEM (Democratas) que foi apoiado por Toninho Pinheiro, vence a eleição com a mensagem da continuidade e é eleito prefeito municipal em Ibité para a gestão 2009-2012 conforme quadro abaixo.

Quadro IV: composição das secretarias na gestão 2009-2012:

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Secretaria de Planejamento	Antônio Pinheiro Neto	Filho de Antônio Pinheiro Junior (Toninho Pinheiro)
Secretaria da saúde	Nádia Conceição Machado Lima Pinheiro	Esposa de Antônio Pinheiro Junior (Toninho Pinheiro)

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibité

Antônio Pinheiro Júnior ambiciona eleger seu filho, Antônio Pinheiro Neto, com 21 anos ao cargo máximo do poder Executivo municipal nas eleições de 2012. Para tanto, sua vida pública inicia-se aos 18 anos como Secretário de Planejamento do município de Ibité na gestão do prefeito Laércio Marinho Dias (2009-2012). Sua mãe torna-se a secretaria de saúde do município na mesma gestão. A campanha para que seu filho fosse eleito foi muito agitada. Pinheirinho (como é conhecido o filho de Toninho Pinheiro) não era conhecido como um ator político no município. Havia trabalhado como secretário de planejamento na gestão de Laércio Marinho Dias e nunca havia disputado uma eleição. Com o curso superior incompleto, era conhecido apenas como filho de Toninho Pinheiro. Segundo a organização não governamental Transparência Brasil³, seu pai doou para sua campanha em 2010 o valor de R\$1.388.040,00. Pinheirinho recebeu também o apoio do tio Dinis Antônio Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A mensagem era da continuidade. Pinheirinho concorreu filiado ao partido PP (Partido Progressista) coligado com os partidos: PRB/ PP/ PTB/ PSL/ PTN/ PSC/ PR/ PPS/ DEM/ PSDC/ PHS/ PMN/ PTC/ PV/ PRP/ PSDB/ PSD/ PT do B. Para o cargo de vice-prefeita foi escolhida Dolores de Oliveira Souza, mais conhecida por pastora Dolores.

A pastora Dolores foi vereadora no município na gestão de 1989-1992 eleita pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e na gestão 2005-2008 eleita pelo PFL (Partido da Frente Liberal).

³ Transparência Brasil é uma organização autônoma que foi fundada em Abril de 2000 e divulga em seu site informações sobre gastos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário bem como o comportamento dos seus funcionários com relação ao trabalho nas instituições.

Na eleição de 2008 ela concorreu ao cargo do Legislativo pelo PR (Partido da República), conseguiu 2305 votos e devido à coligação à qual pertencia não foi eleita, mas manteve-se como um nome importante de liderança política, principalmente na religião protestante. Para concorrer como vice-prefeita nas eleições municipais de 2012 filiou-se ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Possuía ensino médio completo e 52 anos no período de campanha.

Os concorrentes de Pinheirinho no pleito municipal de 2012 eram: Ricardo Vicente dos Santos, mais conhecido por Ricardo Bernadão, empresário dono de uma rede de supermercados na cidade, 36 anos, ensino médio completo, filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores). Ricardo Bernadão nunca havia participado de nenhuma manifestação política e era conhecido no município apenas por ser empresário. Escolheu como vice Mário Lúcio Moreira, que, como citado acima, não havia sido escolhido para disputar a eleição de 2008 e por isso mantinha uma inimizade política com a família Pinheiro. Mário Lúcio disputou a eleição filiado também ao PT (Partido dos Trabalhadores), ele é católico e assíduo frequentador da igreja. O PT (Partido dos Trabalhadores) fez coligação com o PPL (Partido Pátria Livre) e possuía como slogan: Todos por Ibitaré.

Outro candidato a disputar a eleição municipal de 2012, foi Paulo Telles, com 70 anos, filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), médico. Fez coligação com os partidos: PDT / PMDB / PRTB / PSB / PC do B. Apesar de ter sido prefeito por duas vezes, Paulo Telles mantém uma rejeição no município por ter aceitado ser vice de Toninho Pinheiro. Foi escolhido como vice em sua chapa José Antônio de Castro, mais conhecido por Toninho da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), 52 anos, natural de Tarumirim em Minas Gerais, empresário.

Antes de falar da campanha propriamente dita é necessário que se mencione a situação para essa eleição municipal de 2012. Na eleição de 2008, Paulo Telles, filiado ao PPS liderou a chapa que disputou o pleito contra o candidato da família Pinheiro Laércio Marinho Dias e teve como vice Anderson Mourão, do PT. A coligação foi com os partidos: PHS / PPS. Paulo Telles obteve nessa eleição 44,46% dos votos válidos e Laércio 54,71%, sendo eleito esse último. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral. O caso é que havia um acordo realizado entre o PT e Paulo Telles para que caso este não fosse eleito na próxima eleição ele seria vice da chapa liderada pelo partido. O problema foi que, ao chegar em 2012, ambos os candidatos Ricardo Bernadão e Paulo Telles não se entenderam para um ser vice do outro. Ricardo por ter as condições financeiras de manter sua campanha e Paulo Telles confiando em seu legado como prefeito municipal e seu nome diante dos eleitores. Assim os dois candidatos foram para a disputa eleitoral contra Pinheirinho em partidos opostos e como candidatos a prefeito.

A eleição municipal foi muito agitada, de forma que somente no dia 30 de dezembro de 2012 foi que a população ficou sabendo quem realmente seria o prefeito que iria assumir o lugar de Laércio, no caso Pinheirinho que venceu o pleito. A história abaixo explica a razão desse suspense.

Durante a campanha de 2012 os ânimos se exaltaram em vários momentos. Principalmente com a chamada propaganda irregular. O uso de trio elétrico em movimento, por várias vezes filmado, foi questionado na justiça e o candidatado Antônio Pinheiro Neto permaneceu sem poder realizar propaganda política por vários dias, além de pagar multas ao Tribunal Regional Eleitoral. O fato se complicou com a falta de água no município por mais de uma semana em Setembro de 2012. Muitos culpavam a atual administração pelo ocorrido por não fazer nada para amenizar o problema. A violência aumentou nas ruas com confrontos entre polícia e moradores, principalmente de favelas.

O problema da falta de água fez com que Toninho Pinheiro, pai de Antônio Pinheiro Neto, o Pinheirinho, colocasse um trio elétrico informando que o governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, teria sido enganado pelo chefe da Copasa - a companhia de abastecimento de água do Estado de Minas Gerais. Segundo ele, o governador não sabia do problema da falta de abastecimento de água na cidade e que as contas de água do mês em que ela faltou não seriam cobradas. Foi mais uma deixa para um novo processo, informando sobre possível compra de votos. Assim, naquele momento a candidatura de Pinheirinho e sua vice foram cassadas e este fato comunicado rapidamente à população.

A intenção da esquerda era gerar incertezas nos eleitores de Pinheirinho. Porém, este conseguiu uma liminar e continuou com sua campanha. O clima na cidade era de expectativa e incertezas geradas pelas informações que circulavam pelo município. Pinheirinho continuou sua campanha sob liminar da justiça eleitoral.

Mesmo com Pinheirinho vencendo a eleição, essa incerteza gerada permaneceu até próximo da data da posse, quando um carro de som convidou a população local para participar da mesma em 01/01/2013.

Antônio Pinheiro Neto (PP) faz a seguinte composição de seu secretariado de governo:

Quadro V: Composição do secretariado de Antônio Pinheiro Neto 2012:

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Agropecuária, Turismo e Segurança Pública.	Márcio Leonardo Brandão Grossi	Filho de Márcio Grossi – prefeito por 1 mandato no município, foi vice-prefeito quando Toninho Pinheiro foi prefeito.
Secretaria de Desenvolvimento Social	Laércio Marinho Dias	Ex-prefeito que não concorreu à reeleição para que Pinheirinho fosse eleito prefeito municipal.
Secretaria de Saúde	Nádia Conceição Machado Lima Pinheiro	Mãe de Pinheirinho
Secretaria de Obras	Vicente Tarley	Vereador na legislatura: 2005-2008

Fonte: Prefeitura de Ibitaré

Quanto a Toninho Pinheiro, ex-prefeito por três vezes, se candidata e ganha à eleição para deputado federal em 2010. É eleito com 179649 votos, sendo 38035 votos, ou seja, 51,904% dos votos válidos em Ibitaré e em 2014 é reeleito com 148239 votos sendo 25721 votos em Ibitaré, ou 35,68% dos votos válidos no município. Seu principal concorrente municipal ao cargo de Deputado Federal Paulo Telles obteve 11087% votos, ou 15,38% dos votos válidos. Paulo Telles estava filiado ao PMDB na eleição de 2014, a fonte dos dados é o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Observa-se uma diminuição no número de eleitores no município de Ibitaré que votaram em Toninho Pinheiro para deputado Federal e essa situação pode ser devido ao fato de na eleição de 2014 a esquerda do município ter trabalhado com seu candidato Paulo Telles, que também mora na cidade de Ibitaré e, pelo fato de estando na Câmara Federal como Deputado, as ações políticas realizadas por Toninho Pinheiro não transmitirem uma visibilidade aos eleitores que não consegue perceber ganho significativo no município com sua eleição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados apresentados e pelos autores selecionados para a pesquisa, podem-se fazer várias observações sobre o comportamento político da família Pinheiro em Ibitaré. Pode-se compreender também o comportamento dos eleitores do município, bem como o do Poder Legislativo, frente às ações que ocorrem no jogo político em Ibitaré.

Os dados nos mostram uma cidade que passou de pequena para média no número de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, porém que mantém ainda similaridades com o comportamento que foi pesquisado por Lopez (2004) em Araruama no Rio de Janeiro. O município de Araruama é um pequeno município e Ibirité realizou uma transição para médio município. Guardadas essas proporções, o comportamento do Legislativo municipal dos dois municípios é muito parecido, com uma pequena tentativa de institucionalização nos processos de atendimento aos eleitores no município de Ibirité. Há no Poder Legislativo municipal de Ibirité uma guerra com relação aos vereadores eleitos em busca da permanência no poder, o que não incentiva o trabalho em conjunto, mesmo entre eleitos pelo mesmo partido político. A relação de confiança entre os vereadores da Câmara Municipal de Ibirité, entre seus pares, é enfraquecida devido ao jogo no qual estão envolvidos. Este tipo de comportamento parece fortalecido pelas ações de integrantes da família Pinheiro que ocupam o Poder Executivo municipal. Na pesquisa desenvolvida, pode-se observar que o Legislativo municipal de Ibirité não se comportou da mesma forma quando o prefeito municipal foi Paulo Telles, que, segundo as informações fornecidas pelo mesmo na entrevista, teve de comparecer pessoalmente na Câmara para ter projetos de lei de sua autoria aprovados. O mesmo não aconteceu com integrantes da família Pinheiro.

Da mesma forma que em Araruama, onde Lopez (2004) observou ações clientelistas entre os vereadores e os eleitores, em Ibirité essa ação é incentivada de forma indireta pelo chefe do Executivo municipal. Como de forma indireta? Devido ao fato de não haver um compromisso assinado entre o prefeito local e integrantes da Câmara Municipal, os vereadores que estão filiados em partidos que apoiam o chefe do Executivo Municipal possuem facilidades nos atendimentos às suas demandas e às apresentadas por seus eleitores. Já nessa ação de atendimento aos eleitores dos vereadores que estão filiados aos partidos políticos da base do governo municipal, ocorre uma disputa entre os participantes do processo: como atender as demandas de todos com os recursos municipais que são finitos? Segundo Toninho da Evangelização vereador pelo PT, pela quantidade de votos que os vereadores conseguiram no pleito municipal.

A aprovação de projetos de lei do Executivo Municipal na Câmara também ocorre sem maiores transtornos para o chefe do Executivo, como em Araruama. Pelo mencionado na entrevista por Toninho da Evangelização, não há uma fiscalização na lei orçamentária do município. É justamente pela lei orçamentária que os recursos são destinados ao atendimento às demandas, seja particular ou coletivo da sociedade de Ibirité.

O chefe do Executivo municipal determina como será atendido o compromisso com as massas populares. No caso de Ibitaré, podemos observar que além das demandas do povo ibiritense, há uma determinação também de como serão atendidas as demandas provenientes do Poder Legislativo Municipal. Neste caso, pode-se observar que para integrantes da família Pinheiro, que estão como chefe no Poder Executivo (há de se observar na pesquisa que nenhum integrante da família Pinheiro nunca disputou um cargo para o Legislativo Municipal em Ibitaré), há uma escolha em como atender às demandas apresentadas pelos outros atores políticos no município. É uma atitude racional a escolha de como e quando serão atendidas as demandas apresentadas, de como as relações entre os atores políticos serão estabelecidas e com qual finalidade. O fato de nenhum integrante da família Pinheiro nunca disputar um cargo eletivo na Câmara é muito significativo para este processo de árbitro nas demandas apresentadas. No Poder Executivo, como diz Codato (2011), quem foi eleito decide como a agenda será atendida e quando. Tendo também o poder de defender os interesses particulares de quem é o chefe político do Poder Executivo. Há a necessidade de diminuir a fiscalização sobre os atos praticados e diminuir também a obrigatoriedade de prestar contas destes atos realizados para que os interesses particulares sejam alcançados, ou seja, de dificultar a *accountability* tanto vertical como horizontal.

Segundo Carneiro (2004), para que a fiscalização ocorra entre os poderes é necessário que estes poderes sejam obrigados a informar suas contas. Pelas ações apresentadas nessa pesquisa, a *accountability* tanto vertical como horizontal esta comprometida de ocorrerem com qualidade devido aos interesses de quem ocupa o cargo no Executivo Municipal.

Com relação aos eleitores, no início da pesquisa foi teorizado o fato destes serem desinformados com relação aos acontecimentos políticos ocorridos em Ibitaré. Para tanto foi utilizado um texto de Castro (2007) que nos informa de uma baixa sofisticação política nos votos dos eleitores. Não encontramos este fato em Ibitaré. Encontramos, sim, um eleitor que faz a leitura do que ocorre no município em relação à política local e que se adéqua a essa situação segundo suas necessidades pessoais ou coletivas. As ações do eleitor são racionais no jogo apresentado. Encontramos, também, o que Reis (2000) nos diz com relação à intencionalidade do eleitor. Para o autor, quando o ator político possui uma intenção, ele realiza uma avaliação do esforço que será realizado para alcançar seu intento: essa avaliação é racional. Os eleitores de Ibitaré fazem essa avaliação e agem de forma racional quando procuram ser atendidos pelos vereadores ou por agentes públicos na prefeitura local. No processo eleitoral quem não concorda com essas ações que ocorrem no município vota contra quem as pratica. Essa ação dos eleitores ajuda a explicar o surgimento de nomes de esquerda como Ricardo Bernadão e a permanência do nome de Paulo Telles. Com relação

aos que praticam o clientelismo deve-se levar em consideração que a prefeitura municipal é a maior empregadora local, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o que pode incentivar a tomada de decisão neste sentido.

Com os dados apresentados, pode-se observar que as ações de clientelismo, mandonismo e nepotismo são ações racionais e com um objetivo específico: manter o *status quo* local. Nas ações clientelistas, observa-se o que foi mencionado por Nunes (2003) e Carvalho (1997) em relação às trocas generalizadas. Há vários objetos envolvidos neste processo de trocas entre o chefe do Executivo municipal e os eleitores de seus aliados políticos: emprego, ambulâncias e outros. O eleitor encontra em desvantagem na relação clientelista devido sua necessidade, neste caso, ele possui expectativa de que esta seja atendida. O mesmo ocorre quando o eleitor procura um vereador no município para atender uma demanda seja particular ou coletiva, pois cria uma expectativa de atendimento às suas demandas. Neste caso forma-se uma rede como a mencionada por Nunes (2003) em que os objetos trocados o são, por pessoas que permanecem nessa rede. As trocas são realizadas de forma pessoal e geram nos eleitores e nos eleitos que estão envolvidos com as promessas de que se houver uma necessidade, as ações de trocas poderão se repetir (Nunes, 2003). É uma forma de fidelizar o eleitor. O fato de o funcionário público contratado perder o emprego no fim do ano e ter de retornar ao agente que o empregou no ano seguinte é um exemplo dessa fidelização. Como diz Garcia (2005), o sentimento de lealdade e confiança existe nas relações clientelistas. No caso de Ibitité são visíveis estes fatos pelas ações que continuam a ocorrer no município, como as trocas e os votos dados em quem “ajudou” o eleitor. Em alguns casos, há entre o eleitor e o político que irá realizar o atendimento das demandas a presença do cabo eleitoral (Singer, 1965).

Segundo Ojeda (2011), as informações percorrem toda a rede de ações clientelistas. Na entrevista de Toninho da Evangelização observa que há comunicação entre todos os envolvidos no processo de troca. O eleitor de Ibitité sabe a quem procurar para solucionar ou atender sua demanda. Ele conhece pelo fato de haver publicidade pelo próprio autor (pode ser vereador, uma pessoa influente do Executivo ou um cabo eleitoral) quem pode atender sua demanda. Sendo assim quem possui ambulância a identifica com seu nome, por exemplo, para que todos possam conhecer as ações que são praticadas. As notícias sobre ações realizadas são transmitidas entre os eleitores no município. A reciprocidade e a confiança que ocorrem nas relações é que mantém a rede funcionando. O eleitor sente que está devendo um favor a quem lhe atendeu e que deve votar nessa pessoa.

Foi observado também que ocorre uma hierarquia entre os eleitores que são atendidos no município. Dependendo de quem realizou o atendimento, o eleitor atendido é considerado como estando acima de outros que também receberam atendimento, porém, por outro *patron*. É o que menciona Bahia (2003) com relação às disputas que ocorrem entre os clientes que necessitam de atendimento às mesmas demandas pelo mesmo *patron*.

Para Farias (2000), as condições socioeconômicas podem interferir no processo de relações clientelas. Ibitité é considerada uma cidade dormitório. A região industrial de Ibitité produz um número de empregos insuficientes para atender a população local, a maior empregadora é a prefeitura municipal. Este fato colabora para as ações clientelistas presentes na região.

O clientelismo familiar apresenta a todo o momento nas relações em Ibitité. Ele foi mencionado por Bezerra (1995) e encontrado nas secretarias do município de Ibitité, nas quais integrantes da família Pinheiro trabalharam com o intuito de começar sua carreira política. A prefeitura municipal torna o primeiro passo para seguir a carreira política em outras instituições como os Legislativos Estadual e Federal, ou mesmo em instituições de ensino em Ibitité como a fundação Helena Antipoff.

Todas essas ações ocorrem em um momento de democracia no país. Farias (2000) diz que as ações de clientelismo são compatíveis com a democracia capitalista. Em Ibitité a democracia faz presente ao ter eleições livres e diretas e partidos políticos que disputam este poder. Há a oposição política na Câmara Municipal e, essa trabalha livremente no município. Sendo assim, o processo democrático faz presente em Ibitité.

Com relação ao mandonismo é uma característica do clientelismo e foi encontrada no município. Essa característica foi encontrada sua presença maior nos períodos eleitorais como diz Nunes (2012) e Carvalho (2007).

Meus amigos:

Para os que estão na rede clientelista, ter suas demandas atendidas com o uso dos recursos públicos pode ser mais rápido em relação aos que procuram este atendimento através de um atendimento institucionalizado e não pessoal.

Na base da pirâmide de relações clientelistas, há os eleitores do município de Ibitité (Nunes, 2003). Estes trocam seus votos pelo atendimento às demandas apresentadas. Geralmente os

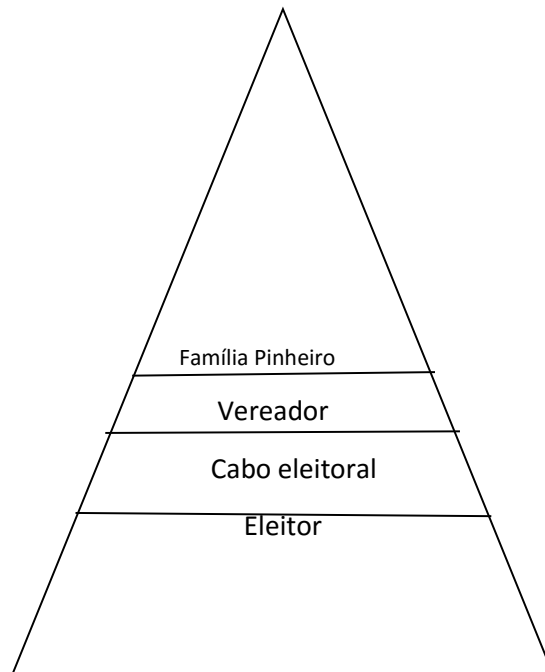
interesses dos eleitores que são apresentados vão desde empregos, atendimentos médicos, asfaltos em ruas e outros. Com relação aos empregos oferecidos aos eleitores, estes dependem da quantidade de votos que este eleitor poderá oferecer ao seu atendente.

O eleitor é o mais frágil nessa rede de relações pelo fato de possuir apenas o voto para trocar e também pela dependência maior que ele possui dos serviços públicos, sejam na área de saúde, educação, transporte ou outros. Geralmente, quando na rede de relações clientelistas, sente-se grato pelo atendimento e vota em quem lhe ajudou. O eleitor geralmente considera seu atendente como um padrinho político.

Um pouco mais acima na pirâmide, aparece a figura do cabo eleitoral. O cabo eleitoral trabalha para um candidato ao cargo público e geralmente é conhecido em determinada localidade e consegue muitos votos para seu candidato. Além do interesse político, alguns cabos eleitorais possuem os interesses particulares para serem atendidos pelos seus candidatos, caso este vença as eleições disputadas. Estes interesses geralmente são empregos em cargos públicos. Alguns vereadores em Ibitaré empregam seus cabos eleitorais em seus gabinetes para o atendimento dos eleitores ou os encaminham para serem atendidos por alguém que faça parte da rede e trabalha no Poder Executivo. O cabo eleitoral faz a ponte entre o eleitor e o candidato ao cargo público no município. Ele conhece o “caminho” para ter seus interesses atendidos no município e como “controla” certo número de votos possui certo conforto na rede de relações, muitas vezes sendo procurado pelos candidatos para que estes possam receber seu apoio. Às vezes um candidato que perdeu uma eleição pode posteriormente vir a ser cabo eleitoral de outro candidato.

Acima na pirâmide há a presença dos vereadores do município. Os vereadores estão filiados a um determinado partido político. Como durante as eleições são realizadas coligações entre os partidos políticos, quando os vereadores assumem seus mandatos já conhecem se serão oposição ou não a quem está liderando o Executivo Municipal de Ibitaré, que desde 2001 é governado diretamente ou indiretamente por um integrante da família Pinheiro. Os vereadores que estão na rede clientelista e apoiam as ações do Poder Executivo Municipal, ou da família Pinheiro que está no poder, são recompensados com atendimento às suas demandas e de seus eleitores. Os vereadores que estão na rede e que perdem uma eleição podem ser recompensados com empregos nas secretarias municipais.

Na ponta da pirâmide estão integrantes da família Pinheiro que possuem um maior acesso aos bens públicos e que disputam em Ibitaré o cargo eletivo do executivo.

Figura I: Integrantes da rede de clientelismo

Fonte: dados da pesquisa

O desenho da pirâmide acima, mostra como funciona a rede de relações clientelistas em Ibitaré. A base é formada pelos eleitores e logo acima deles os cabos eleitorais. Os cabos fazem a ligação entre os eleitores e os candidatos aos cargos públicos e no topo integrantes da família Pinheiro, que geralmente disputam cargos eletivos do Executivo Municipal ou dos Legislativos Estadual e Federal. Os políticos eleitos podem ser cabos eleitorais de outros políticos que disputam uma vaga eletiva. Desde que essa ação não interfira no interesse do político que é cabo eleitoral e possa lhe ajudar a conseguir votos em sua região geográfica. Dessa forma, o clientelismo familiar pode ser o único que é realizado de forma linear pelo fato dos integrantes da rede estarem na mesma posição.

A relação clientelista *patron*-cliente pode ocorrer entre os eleitores e outros integrantes da rede. A relação clientelista por amizade pode ocorrer entre o cabo eleitoral- vereador- família Pinheiro. O clientelismo familiar, somente por integrantes da família Pinheiro.

Meu sangue

Antônio Pinheiro Diniz foi o patriarca da família Pinheiro e vereador em Betim, participou do processo de emancipação do município. Quando emancipado concorreu ao cargo eletivo do Poder Executivo. Foi prefeito por um mandato e posteriormente perdeu uma eleição para o mesmo cargo no município de Ibirité. Essas ações podem nos levar a tentar compreender o porquê de seu interesse na emancipação de Ibirité. Um motivo que talvez seja possível é o fato de Antônio Pinheiro Diniz não conseguir maior espaço político no município de Betim. Em Betim talvez ele não conseguisse chegar ao cargo máximo do Poder Executivo, já em um município recém-emancipado a história poderia ser diferente.

Antônio Pinheiro Júnior andava com o pai, Antônio Pinheiro Diniz, e aprendeu com este o caminho para chegar ao Executivo Municipal de Ibirité. Há registros fotográficos de Antônio Pinheiro Júnior ainda menino com seu pai empossado prefeito e com os vereadores municipais em 1967. Seu pai estava abrindo o caminho para que sua família no futuro pudesse chegar ao lugar que ele chegou: chefe do Executivo Municipal de Ibirité.

Quando prefeito de Ibirité em 1989, Antônio Pinheiro Júnior nomeia vários parentes para ocupar cargos comissionados no Executivo Municipal, produzindo o clientelismo familiar (Bezerra, 1995). A prefeitura de Ibirité passa a ser o início da carreira política de integrantes da família Pinheiro. O clientelismo familiar apresenta de forma a manter a família Pinheiro no poder político municipal e alcançar outros cargos políticos e de poder no município, no estado e na federação.

Dinis Antônio Pinheiro, seu irmão, que foi seu chefe de gabinete, seguiu carreira política no Legislativo Estadual; sua irmã Ione Maria Pinheiro, que foi sua assessora especial, após a derrota de Dinis Antônio Pinheiro na disputa como candidato a vice-governador nas eleições de 2014, também segue carreira no Legislativo Estadual; a matriarca da família Pinheiro, Irene de Melo Pinheiro, que foi diretora do departamento de educação e cultura, seguiu sua carreira como presidente da Fundação Helena Antipoff, que mantinha uma universidade de mesmo nome e depois de uma greve dos professores o então governador, Antônio Anastasia, a transferiu para a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Irene Pinheiro se manteve como presidente da Fundação Helena Antipoff até a derrota de Pimenta de Veiga do PSDB (Partido da Social Democracia), ao governo de Minas Gerais em 2014.

Antônio Pinheiro Júnior, em seu segundo mandato como prefeito, com os outros integrantes da família encaminhados, nomeia sua esposa Nádia Conceição Machado Lima Pinheiro como

secretária de saúde e seu filho Antônio Pinheiro Neto como secretário de planejamento. É o começo da vida política de seu filho. Antônio Pinheiro Neto inicia seu mandato ao governo municipal em 2013 e Antônio Pinheiro Júnior é eleito ao cargo eletivo federal como Deputado em 2010.

Pelo apresentado acima e na pesquisa, pode-se observar que o acesso de integrantes da família Pinheiro aos bens públicos sempre é aberto por outro integrante. As ações são racionais e, quando há a possibilidade de abertura de uma vaga em alguma área da política no Executivo Municipal, na política estadual ou federal que possa ser ocupada por algum integrante da família Pinheiro, haverá a escolha de quem possa ocupar tal vaga.

Antônio Pinheiro Júnior é importante neste processo, pois como irmão mais velho parece que ele vai “abrindo o caminho” para que os outros integrantes da família possam chegar aos cargos políticos de interesse. Dessa forma os cargos políticos importantes e de chefia no município de Ibitaré permanecem com integrantes da família Pinheiro, que é a ação do denominado *nepotismo eleitoral*. E justamente, estes integrantes da família que decidirão quais pessoas participarão da rede clientelista estabelecida no município e como serão beneficiados por essa participação, ou seja, o clientelismo vertical entre os outros participantes da rede: vereadores, cabos eleitorais e eleitores.

No tipo de relação do nepotismo eleitoral pode ocorrer do interesse de membros da família Pinheiro ser um emprego em alguma instituição pública e, como visto em Ibitaré os membros da família Pinheiro ocupam as secretarias municipais sendo nomeado em cargos comissionados, o interesse é seguir a carreira política. Pode ser de interesse também um cargo eletivo, dessa forma àquele que ocupa o cargo, quando for sair para outro, apoia a candidatura de um membro da família para o cargo que ficará em aberto.

Estes dados analisados concordam com o que diz Bezerra (1995) com relação à atuação do Estado diante de famílias que se ajudam mutuamente para terem seus interesses atendidos. No caso de Ibitaré, há a ajuda mútua para que o *status quo* não mude. Segundo o autor, a ajuda que um ente familiar oferece a outro, nas relações sociais no Brasil, é visto como algo positivo por quem o pratica. Quando a ajuda parental não ocorre nessa busca pelos interesses, ocorre o que foi mencionado com a disputa de Ione Maria Pinheiro nas eleições de 2006, na qual candidatou pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional) ao cargo de Deputada Federal, mas não venceu a eleição.

Pode-se observar também que os políticos apresentados neste tipo de relação clientelista podem ser considerados como políticos profissionais, como mencionado por Singer (1965). Este

tipo de político atende as demandas urgentes da população e normalmente não possui uma ideologia fixa. Pelas trocas de partido político mostradas na pesquisa, pode-se observar este fato.

A forma institucionalizada de participação como castigo

Para aqueles que não fazem parte da rede de relações clientelistas resta, para conseguir participar da distribuição dos bens públicos, solicitar através das instituições políticas o que deseja. O problema é o tempo que será mais demorado, isso se a solicitação for atendida. Dessa maneira, a forma não pessoal e institucionalizada que é empregada tanto na prefeitura municipal quanto na Câmara Legislativa torna-se um castigo para o cidadão de Ibitaré.

O mandonismo da família Pinheiro no município gera histórias que são contadas entre a população que parecem lenda. Durante as eleições municipais de 2002, quando Pinheirinho, então no Partido Progressista, teve sua candidatura cassada por uma juíza de primeira instância no município, o então candidato Ricardo Bernadão, do Partido dos Trabalhadores, um de seus adversários na campanha, foi obrigado a distribuir um panfleto dizendo que a juíza, que cassou seu direito a disputa nas eleições municipais, não foi expulsa da cidade por integrantes da família Pinheiro. A fala de sua expulsão do município espalhou rápido entre os eleitores.

Já nas eleições de 2014 alunos e professores da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) postaram um vídeo no youtube reclamando da falta de liberdade na instituição que está no município de Ibitaré de realizarem um debate sobre as eleições estadual e presidencial na instituição. A presença da matriarca da família Pinheiro, Irene de Melo Pinheiro, que era presidente da Fundação Helena Antipoff no mesmo terreno, fez com que funcionários da UEMG chamassem a polícia para impedir o debate por considerarem desrespeito a Irene Pinheiro. Procurados para que pudessem falar sobre o assunto para essa pesquisa, os alunos ficaram com receio de gravar seus depoimentos devido a uma possível perseguição política no local. Porém, o vídeo sobre o ocorrido encontra no endereço: www.youtube.com/watch?v=9akJFS4cS20. O ato que os alunos estão denominando de coronelismo é na verdade a presença do mandonismo durante as eleições. O mandonismo gera este receio na população local pelo fato de junto com as histórias haver a criação de personagens que não são punidos por seus atos ou quando há a tentativa de punição, o ator que tentou punir sofre perseguições e tem de fugir. Dessa forma, na imaginação popular há uma espécie de superpoder devido às situações política e econômica do personagem que não sofreu com a punição e conseguiu fazer com que seu inimigo fugisse de sua presença.

Outras histórias são contadas pelo município e reportagens sobre elas são impressas nos jornais. Há o caso da professora que recebeu uma indenização pelo fato de haver fraude no processo eleitoral da escola da diretora de uma escola municipal, o mesmo aconteceu com um desentendimento entre o Prefeito Toninho Pinheiro e o padre Marcelo Oliveira. A história das desavenças foi noticiada pela imprensa entre os anos de 2007 e 2008. Dizem que o padre teve de mudar do município.

Essas histórias de mandonismo são corriqueiras e correm de boca em boca no município. Muitas sem comprovação, quase sempre uma reportagem ou o período eleitoral incentivam que as histórias circulem. Nessas histórias os integrantes da família Pinheiro são considerados com poderes muito maiores do que de seus adversários políticos. Elas servem para divulgar a figura de integrantes dessa família frente aos adversários, que não poderiam fazer nada contra a família Pinheiro, mesmo que vencesse uma eleição municipal e alcançasse a chefia do Poder Executivo Municipal. Estes atos comprovam o que diz Bezerra (1995) sobre o favorecimento de parentes nas relações sociais no Brasil, ela é vista como algo benéfico, ainda que sejam histórias criadas para que a família possa vencer os adversários políticos em uma eleição.

As ações mencionadas produzem o que Farias (2000) diz sobre o clientelismo e suas características, ele não está fundamentado na carência que é produzida pela pobreza, mas em uma estrutura social que produz uma pobreza específica que é mantida devido às desigualdades de oportunidades e de acesso aos bens públicos. Como é realizada a escolha de quem vai participar das distribuições dos recursos públicos, também escolhe quem sairá e como dessa pobreza produzida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. O município na política Brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: AVELAR, Lúcia.; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Unesp, 2007.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O Poder do Clientelismo Raízes e Fundamentos de uma teoria de troca política assimétrica/clientelista**. Tese de doutoramento. RENOVAR, 2003. Rio de Janeiro.

BARBOZA, Danilo Praxedes. Institucionalização diferencial dos Legislativos nos pequenos, médios e grandes municípios paulistas. In: **Revista Parlamento e sociedade**. Volume 1, número 1, julho/dezembro 2013. Câmara Municipal de São Paulo.

BEZERRA, Marcos Otávio. Relações e redes pessoais. In: BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1995.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. UNB, 12ª edição. Brasília, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. Malheiros editores LTDA, 13ª edição, 2006. São Paulo.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Governança e accountability: algumas notas introdutórias**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, André.; PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha.; TAUCCE, Pedro Paulo.; ABUJAMRA, Alencar.; CUNHA, Ivani. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**. Armazém de Ideias volume I, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. IN: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Editora Unesp, 2007. São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, número 40, volume 2. Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Eleitorado Brasileiro: composição e grau de participação in: AVELAR, Lúcia, Cintra, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. São Paulo 2ª edição, Unesp, 2007.

DESPOSATO, Scott. Preferências dos eleitores e incentivos dos legisladores em ambientes eleitorais diversos: o caso dos Estados brasileiros. In: BORGES, André, ROCHA, Carlos Vasconcelos, SOUZA, Celina, MORAES, Filomeno, SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte, NETO, Paulo Fábio Dantas, DESPOSATO, Scott, CÔRTEZ, Soraya Vargas, FALLETI, Tulia G., **Governo, políticas públicas e elites políticas nos Estados brasileiros**. Revan, 2006. Rio de Janeiro.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política**, número 15, Novembro 2000.

FILHO, Paulo M. D'Ávila. **Assimetrias políticas, clientelismo e democracia: uma discussão conceitual**. 31º encontro anual da ANPOCS, 2007. Caxambú, Minas Gerais.

GARCÍA, Edgar Armado Rosero. Continuidades e discontinuidades do clientelismo e do familismo na forma de fazer política em Tumaco (Colombia). **Sociedad y Economía**, número 22, ano 2012.

GUIMARÃES, Juarez da Rocha. O nepotismo no Brasil: desafiando a democracia. **Revista Rumos da Economia**, volume 26, número 198, julho 2012. p. 16-19.

HERNÁNDEZ, José Roberto González.; HERNÁNDEZ, Guadalupe Margarita González. Entre autonomia y clientelismo: clube de migrantes zacatecanos. **Desacatos**, 36, mayo - agosto 2011, p. 85 – 106.

INÁCIO, Magna. **Poderes de Agenda do presidente**. In: AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima. (orgs). Reforma Política no Brasil. UFMG, Belo Horizonte, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisado em 16 de dezembro de 2013.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras, 7ª edição, 2012. São Paulo, São Paulo.

LOPEZ, Felix G. A Política Cotidiana dos Vereadores e as Relações entre Executivo e Legislativo em âmbito Municipal: O caso de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, 153-177, 2004. Curitiba.

NUNES, Edson. A construção do insulamento burocrático e do corporativismo e a nacionalização do clientelismo. In: NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

NUNES, Edson. Tipos de capitalismo, instituições e ação social. In: NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OJEDA, Mauricio García. Capital Social e Clientelismo: otra limitación para el control social. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 10, Nº 29, 2011, p. 123-146.

PINHEIRO, Irene de Melo. **História de Ibitité**. Renovação, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1969.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. In: REIS, Fábio Wanderley. **Teoria política, mercado e utopia, sociedade brasileira**. São Paulo, 2000. Editora da Universidade de São Paulo.

REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. **Mana** vol.8 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2002.

RODRIGUES, João Gaspar. Nepotismo no serviço público brasileiro e a Súmula Vinculante 13. **Revista do direito administrativo**, maio/agosto 2012, volume 260, p. 203-229. Rio de Janeiro.

SEIBEL, Erni José.; OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, 39, 2006

SINGER, Paulo. O político profissional. In: IANNI, Octavio, SINGER, Paulo, COHN, Gabriel, WEFFORT, Francisco C. **Política e Revolução no Brasil**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1965. Rio de Janeiro.

SOUZA, Luciana Karine de. **Amizade em adultos: adaptação e validação dos questionários mcgill e um estudo de diferenças de gênero**. Tese de doutoramento. Universidade do rio Grande do Sul, 2006.

Transparência Política. Brasil, 12 de julho de 2014. Disponível em <<http://transparenciapolitica.org/tag/transparencia-brasil/>>

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
Tribunal Superior Eleitoral.

THE ROOT OF POWER IN IBIRITE

ABSTRACT

This article is the result of research on policy actions that occur in the Brazilian citizens having as object of study the municipality of Ibirité in Minas Gerais. The objective was to study the political relationship present in municipal representative institutions of power, executive and legislative, and its relations with the voters in this region. Having focused on the familism and other actions such as cronyism and despotism present in political activities in the municipality. documentary research it is made with interviews so he could get to the end result of the research. In order to meet as a family, the Pinheiro family, conducts political actions to keep the municipal status quo unchanged and family members in political power. The documentary research becomes necessary to know how the institutions relate to each other formally and interviews to understand how the informalities occur in these relationships. The specific objective was to understand how the relations of patronage and despotism present between the municipal political power institutions and their correlation with voters. The results confirm that there is a clientelistic and despotism relationship between the family group researched in their actions with local voters and the City Council.

Key-words: Familism. Clientelism. Despotism. Nepotism.